

Ana Rita Azevedo Correia Silva

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2014

Ana Rita Azevedo Correia Silva

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2010

Ana Rita Azevedo Correia Silva

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

Ana Rita Azevedo Correia Silva

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, sob orientação da Professora Doutora Ana Costa.

Sumário

O abandono escolar precoce é um grave problema que afeta os alunos, as escolas e o país. Para isso deve ser identificado atempadamente e intercetado por profissionais que atuam diretamente na área.

Este trabalho apela à compreensão de quem são os alunos em risco de abandonar a escola, quais os fatores que estão na base deste problema e quais as repercussões a que estes jovens estão sujeitos. Para além desta compreensão, visa também a discussão do que é feito pelas instituições que preveem e promovem a irradicação do abandono da escolaridade à luz dos contributos de diferentes profissionais que trabalham diretamente com esta problemática.

O desenho metodológico deste estudo é de carácter exploratório e baseia-se numa pesquisa qualitativa. A técnica escolhida para a recolha de dados foi uma entrevista mediante a aplicação de um guião criado especificamente para este estudo. A amostra deste estudo foi formada por técnicos que trabalham esta problemática, pertencentes a Estabelecimentos de Educação, Ensino e Formação e à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Área Metropolitana do Porto.

Em termos gerais, este estudo revela a riqueza dos conhecimentos da experiência de cada um dos entrevistados, apesar das práticas de intervenção serem baseadas na legislação imposta. Os resultados mostram que os alunos que mais propicia têm para abandonar a escola não têm apoio familiar, provêm de famílias com dificuldades económicas que não valorizam a escola e manifestam baixas expectativas em relação aos seus filhos. Estes, por sua vez, revelam dificuldades de aprendizagem e integração escolar, o que origina falta de motivação e de autoestima e ganham um maior interesse em procurar a sua independência financeira. Nem estes alunos nem as suas famílias têm consciência dos obstáculos que o abandono escolar os pode causar.

O acompanhamento realizado aos alunos poderia ser muito mais eficaz se o número de técnicos, como por exemplo os assistentes sociais, aumentasse de modo a acompanharem o menor e a sua família, mediarerem o seu relacionamento familiar, compreenderem o que está na origem destes comportamentos e darem respostas mais variadas a esta problemática.

Abstract

Early school leaving is a major concern which affects students, learning institutions and even the country. To be solved, it must be identified in time and have immediate action from professionals who work in the field.

This project appeals to the understanding of who are the students, who may be at risk of leaving school, which factors are in the basis of this problem, as well as the later repercussions to which these young men and women will need to deal. Further to the main goal, this project also tends to approach the solutions created by institutions which foresee and promote the eradication of school dropouts and the vision of different experts who deal directly with this issue.

This study is an exploratory methodical approach and is based in a qualitative research. To gather the data, a detailed interview with a specific script was made. The main subject of this study was discussed with professionals in Educational Institutions and with the *Commission for the Protection of Children and Young People at Risk* from the Metropolitan Area of Oporto.

Overall, this study reveals the vast and accurate knowledge of each and every one of the experienced interviewees, despite the intervention practices being applied by the legislation. The results showed that students are more likely to abandon school because they have no family support: their families are dealing with financial issues and do not see education with any sort of meaning or purpose and they low their children's morals towards learning. The children, then, begin to reveal difficulties in learning and even with social interaction, which may cause lack of motivation and self-esteem, leading to a major interest in seeking financial independence. Neither these students, nor their families have the conscience of the life obstacles and restrictions that can cause them.

The accompaniment of these children should be much more effective if the number of people trained in the field raised, for example social assistants, to improve the child and their family, helping them to develop a better relationship and alert them to the origin of these behaviors and finding more answers to this problem.

**“A educação é a arma mais poderosa que se pode usar
para mudar o mundo.”**

Nelson Mandela

Agradecimentos

À minha mãe, pelo seu amor e apoio incondicionais e por estar sempre presente.

Ao João, pelo encorajamento, confiança e paciência.

Aos participantes entrevistados, pela ajuda e disponibilidade.

À Professora Doutora Ana Costa, pela sua orientação, disponibilidade, ajuda, sugestões e confiança depositada em mim.

Índice Geral

Sumário.....	v
Abstract	vi
Agradecimentos	viii
Índice de Siglas.....	xii
Índice de Anexos	xiv
Introdução Geral.....	15
Capítulo I – A Problemática do Abandono Escolar Precoce.....	16
Introdução.....	16
1. Conceito de Abandono Escolar	17
2. Escolaridade Obrigatória.....	19
3. Formação Profissional.....	23
Fatores do Abandono Escolar	25
4.1.Fatores Individuais	27
4.2.Fatores Familiares	28
4.3.Fatores Escolares.....	30
4.4.Fatores Sociais.....	34
5. Perfil dos Alunos em Risco de Abandono Escolar	40
6. Repercussões do Abandono Escolar	44
Síntese.....	46

Capítulo II – Acompanhamento, Prevenção e Intervenção em Situações de Abandono e/ou Absentismo Escolar	47
Introdução.....	47
1. Interferência da Estrutura Familiar no Abandono e/ou Absentismo Escolar	48
2. Estabelecimentos de Educação, Ensino e Formação	52
3. Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.....	57
4. Assistente Social.....	60
4.1. Papel do Assistente Social nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens	62
5. Processo de Prevenção e Intervenção	63
Síntese.....	73
Capítulo III – Estudo Empírico	74
Introdução.....	74
1. Objectivos.....	75
2. Método.....	76
2.1. Amostra	76
2.2. Instrumento.....	79
2.3. Procedimento	80
3. Análise e Discussão de Resultados.....	81
3.1. O Aluno em Risco de Abandono Escolar	82
3.1.1. Perfil dos Alunos e Família	82
3.1.2. Motivos que levam ao Abandono da Escolaridade	85
3.1.3. Repercussões	87
3.2. Prevenção e Intervenção.....	89
3.2.1. Eficácia do Acompanhamento.....	89

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

3.2.2. Soluções para uma Melhor Prevenção.....	91
3.2.3. Processo de Prevenção e Intervenção	93
3.2.4. Papel do Assistente Social.....	99
Reflexões Finais	101
Referências Bibliográficas.....	1033
Anexos.....	111

Índice de Siglas

ANESPO – Associação Nacional do Ensino Profissional

CE – Comunidade Europeia

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

DL – Decreto-Lei

ECMIJ – Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude

EEEEF – Estabelecimentos de Educação, Ensino e Formação

EFP – Ensino e Formação Profissional

FFMS – Fundação Francisco Manuel dos Santos

GEPE – Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação

IFSW – The International Federation of Social Workers

ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

LPCJP – Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

ME – Ministério da Educação

MP – Ministério Público

MSESS – Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

PEETI - Plano para Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil

PEPT – Programa de Educação Para Todos

PNPAE – Plano Nacional de Prevenção ao Abandono Escolar

UE – União Europeia

Índice de Anexos

Anexo I – Guião para a Sinalização e Caracterização de Situações de Crianças em Perigo em Contexto Escolar

Anexo II – Declaração de Consentimento Informado

Anexo III – Guião de Entrevista

Anexo IV – Matriz conceptual referente à análise do guião de entrevista

Introdução Geral

A associação dos fatores baixa escolaridade e baixa qualificação profissional constitui uma das causas estruturais mais importantes do atraso do país e da grave crise socioeconómica que se encontra.

O abandono prematuro dos estudos nem sempre foi considerado um problema social e o facto de alguém se sair cedo do sistema escolar nem sempre foi reconhecido como prejudicial, à luz da sociedade. Anteriormente, um jovem podia deixar a escola sem diploma, encontrar um emprego e ocupar o seu lugar na sociedade.

Em sociedades, como a portuguesa, em que o sistema de ensino se universalizou mais tarde e em que o mercado de trabalho era pouco exigente em qualificações, a atração pelo trabalho juvenil constitui, ainda, um fator de peso para o abandono escolar. Apesar das preocupações com o abandono escolar serem relativamente recentes, este tornou-se um dos maiores problemas dos atuais sistemas de ensino, o que suplica uma reavaliação, devido às profundas alterações que as sociedades têm vindo a sofrer, quer na socialização dos jovens, quer nas exigências do mercado de trabalho.

Numa tentativa de conhecer hoje para intervir amanhã, este trabalho, intitulado *Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção*, resulta da necessidade de refletir e conhecer a problemática do abandono escolar precoce. Visa também reconhecer qual o papel do acompanhamento realizado no combate ao abandono escolar, por parte dos organismos envolventes, estabelecimentos escolares e comissões de proteção, e dos técnicos que aí trabalham. O trabalho encontra-se organizado em três partes. A primeira parte, baseada numa revisão bibliográfica, procura dar a conhecer os principais fatores que estão na base desta problemática, assim como quem são estes alunos e os possíveis obstáculos que possam encontrar no futuro. A segunda parte, ainda teórica, pretende compreender como é realizado o acompanhamento e a intervenção em alunos em risco de abandono escolar. A terceira e última parte, visa explorar, os tópicos acima mencionados mas de acordo com a experiência profissional dos técnicos que concordaram em participar neste estudo.

Capítulo I – A Problemática do Abandono Escolar Precoce

“A educação é um processo social, é um desenvolvimento.

Não é a preparação para a vida, é a própria vida.”

(John Dewey)

Introdução

Numa sociedade com graves problemas socioeconómicos, muitos são os jovens que se veem forçados a trabalhar e a terminar o seu percurso escolar precocemente, na tentativa de melhorar as suas condições de vida.

A escola é responsável por muitos casos de abandono, pois não consegue manter os jovens motivados para os estudos e não é capaz de apreender as necessidades individuais de cada aluno. O abandono escolar prematuro é, em muitos casos, fruto de uma incompatibilidade entre o contexto escolar e as crianças, que mutuamente se rejeitam.

O presente capítulo pretende abordar o conceito de abandono escolar precoce à luz de vários autores. De seguida pretende-se perceber quais as alterações que o alargamento da escolaridade traz para os alunos e as vantagens da formação profissional como resposta para travar o abandono escolar. Procura-se ainda reflectir quais os factores que levam o aluno a abandonar a escola e quem são estes alunos. Por último analisa-se quais as repercussões a que o abandono escolar pode levar.

1. Conceito de Abandono Escolar

O conceito de abandono escolar carece de explicação e de uma delimitação conceptual, ou seja, não existe uma definição de abandono escolar que seja universalmente aceite (Canavarro, 2007). É um fenómeno global de diferentes origens. É um problema social de grande complexidade nas suas causas, formas como se concretiza e ainda mais nas suas consequências sociais e profissionais (Azevedo, 1999).

Para Benavente (et al.,1994), o abandono escolar precoce é o abandono das atividades escolares sem que o/a aluno/a tenha completado o percurso escolar obrigatório e/ou atingido a idade legal para o fazer.

Já Justino (2010), considera este conceito como a interrupção da frequência do sistema de ensino por um tempo considerado suficiente para que essa ausência se transforme num afastamento praticamente irreversível. É geralmente delimitado através do ensino obrigatório e pelas consequências legais do seu incumprimento. O abandono escolar tende a constituir-se como ilícito, independentemente da eficácia sancionatória ou da maior ou menor recriminação social que lhe estiver associada.

O abandono escolar significa que o/a aluno/a deixa a escola sem ter concluído o nível de ensino em que estava matriculado e surge relacionado com os maus resultados escolares, fracas expectativas no futuro, atrasos no percurso escolar e desajustamentos, fracassos, desinteresse e rejeição pela escola (Garcia et al. 2000). Para Costa (1998), o abandono escolar é a última etapa dos/as alunos/as que se tornaram progressivamente desinteressados da escola.

Este problema ocorre com uma “saída prematura do sistema educativo, antes dos/as alunos/as completarem o ciclo de estudos que iniciaram” (Arroteia, 2008, p. 295). Quando as saídas ocorrem “ao longo do ano antes, durante, ou após a conclusão da escolaridade obrigatória, podem ser referidas como saídas antecipadas” e “saídas precoces, no caso de os alunos saírem da escola antes de completarem o ensino secundário (12º ano) ” (Arroteia, 2008, p. 295).

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

Almeida e Ramos (1992), para fundamentar este conceito, baseia-se apenas na desistência da escola, por parte dos/as alunos/as, independentemente da sua idade antes da conclusão dos 12 anos de escolaridade obrigatória.

No parecer de Sarmiento (2009), o conceito de abandono escolar está relacionado com o incumprimento dos objetivos de escolarização obrigatória e universal. Este conceito tem evoluído de acordo com os sucessivos prolongamentos da escolarização obrigatória.

Uma articulação entre o Ministério da Educação (ME) e o Ministério de Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS) desenvolveu medidas como o *PNAPAE* (Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar) que é apresentado como um esforço coletivo para prevenir o abandono escolar, prevenir a saída da escola e do sistema de formação profissional ou dos sistemas de educação e de formação, por um jovem com menos de 25 anos, sem a conclusão de estudos ou sem obtenção de qualificação de nível secundário ou equivalente (PNPAE, 2004). Recorda-se que o Conselho de Ministros aprovou, em 23 de Abril de 2009, uma proposta de lei que aumentou a escolaridade obrigatória de 9 para 12 anos e/ou a idade de formação ou de frequência de instituições de ensino até aos 18 anos (ME, 2009).

2. Escolaridade Obrigatória

Educar é capacitar as novas gerações para os desafios presentes e futuros (Caetano, 2005). A educação não é só um direito mas também um dever do cidadão para com a sociedade (Canavarro, 2007).

A entrada para a escola, o início da escolaridade e as transições de ciclos constituem-se como um acontecimento de vida importante para a criança. Estes acontecimentos de vida são percebidos como uma transição que exigem reorganizações pessoais e relacionais mais ou menos profundas (Guerreiro, 1998).

A legitimação da ação do Estado assenta nos princípios de salvaguardar e defender os direitos do cidadão e no princípio da igualdade de oportunidades de acesso ao ensino e à escola, independentemente das suas capacidades económicas e sociais (ME, 2009). Para além das medidas tomadas para melhorar a qualidade da escolaridade obrigatória e reduzir a taxa de abandono escolar precoce, devem ser criados ambientes ricos em literacia, em casa, no emprego e na comunidade em geral, para que a oferta de competências atualmente existente possa ser utilizada (Idem).

Se o valor social da escola fosse reconhecido por todos, o Estado não tinha necessidade de determinar a escolaridade obrigatória, mas a maioria dos portugueses, durante várias gerações, não reconheceu na educação o investimento nem a oportunidade de valorização pessoal e social dos seus filhos (Justino, 2010). Este alargamento tem como objetivo funcionar como um estímulo ao aumento das expectativas de escolarização das famílias relativamente aos seus filhos (Ferrão et al., 2005). A adoção da escolaridade obrigatória sempre foi uma forma de pressionar uma sociedade em que o valor social da educação era muito reduzido (Janosz & Blanc, 1999). A educação não era reconhecida como um bem que compensasse o investimento por mais gratuito que fosse (Ferrão et al., 2005).

A grande diferença entre a universalização e a obrigatoriedade do ensino é que a universalização resulta da vontade e da opção do cidadão, a obrigatoriedade do Estado alegadamente em benefício do cidadão e da sociedade (Justino, 2010). A obrigatoriedade é

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

uma medida coerciva por parte do Estado visto que este obriga à frequência escolar e oferece uma contrapartida, a gratuitidade de ensino e de acessibilidade a todos (Idem). A obrigatoriedade torna-se assim num dever de frequência, desempenho e conclusão de uma escolarização, definida pelo próprio Estado (CE, 2009). Não é só uma obrigatoriedade de os alunos frequentarem a escola, também é a obrigatoriedade do Estado de assegurar aos seus cidadãos uma educação de qualidade (Roldão, 2004).

A escolaridade obrigatória e a sua institucionalização têm funcionado como promoção de desenvolvimento, daí a necessidade de evoluir o alargamento da escolaridade obrigatória (Costa, 1998).

Esta responsabilidade tem que ser assumida não apenas pelo indivíduo, mas igualmente pela família e pela própria comunidade em que está inserido, no sentido de os mobilizar e consciencializar para os benefícios de uma escolarização alargada (Roldão, 2004). O problema reside no facto de nem as crianças nem os adolescentes disporem de autonomia e da informação indispensáveis para uma opção consciente e racional, nem mesmo as próprias famílias, pela sua condição social e cultural, poderem concretizar uma escolha livre em condições de acesso (Feitosa et al., 2005).

Se a mera concretização de um direito remete para o indivíduo e para a sua família a opção de o exercer na sua plenitude, ao Estado remete para a responsabilidade de fazer respeitar a lei e de prevenir, dissuadir e sancionar o seu incumprimento (Sarmiento, 2009). O cumprimento de um dever cívico decorre da ação coerciva do Estado e das instituições e pressupõe também uma consciência social da sua necessidade e dos valores que lhe estão subjacentes. A noção de responsabilidade social, que envolve não só a participação do indivíduo, mas igualmente da família e da comunidade em que está inserido, deveria de os mobilizar e consciencializar para os benefícios individuais e sociais de uma escolarização alargada (Idem).

Para Roldão (2004), a questão central do sistema não é apenas o prolongamento, mas também o sucesso dos alunos que estão no sistema.

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

O grande problema do prolongamento da escolaridade é quando os alunos são obrigados a estar no sistema mas não querem permanecer neste, o que provoca que destabilizem, na sua maioria, a sala de aula (Roldão, 2004).

Com o passar dos anos e com as alterações na sociedade, os anos de escolaridade obrigatória foram-se alterando passando recentemente dos 9 para os 12 anos obrigatórios. Isto significa que todos os jovens até aos 18 anos têm a obrigação de frequentar a escola ou um centro de formação profissional (Romão, 2006).

Esta recente remodelação nas políticas educacionais para um novo prolongamento da escolaridade obrigatória deveu-se sobretudo a dois problemas (Roldão, 2004):

- 1) *Má organização do sistema de ensino* – Existiam alguns aspetos na Lei de Bases do Sistema de Ensino, aprovada em 1986, que eram frequente alvo de críticas. Estabelecida a escolaridade obrigatória de 9 anos, os/as alunos/as que não progredissem os estudos saíam do sistema de ensino antes de completar a idade legal para entrar no mercado de trabalho. Esses 9 anos escolares conseguem-se concluir com pelo menos 14 ou 15 anos de idade mas a idade mínima legal para entrar no mercado de trabalho é de 16 anos. Esta é uma das razões para o elevado abandono a partir desta idade, mesmo quando já frequentavam o 10º ano de escolaridade.
- 2) *Transformação do ensino secundário num ciclo preparatório do acesso ao ensino superior*. Para além de favorecer a desistência dos que não têm interesse em seguir para o ensino superior, não promovia a formação fundamental a uma boa profissionalização e integração no mercado de trabalho, ou seja, tratava-se de um abandono desqualificado, com os jovens a serem lançados num mundo para o qual não dispunham de competência profissional.

Mesmo assim, para Silva (et al., 2006), os programas em vigor não estão adequados às necessidades dos alunos. Confrontam – se com um número excessivo de disciplinas e

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

consequente peso horário, fatores que sublinham o insucesso e encorajam a desistência (Idem).

3. Formação Profissional

Os défices de qualificação da população portuguesa constituem-se como um entrave ao desenvolvimento económico, ao bem-estar social, à qualidade de vida e à participação social (ME, 2009). Este cenário não tem sido fácil de inverter, uma vez que a população adulta mais jovem revela padrões de elevado insucesso e conseqüente abandono (Guerreiro, 1998). Abandono este que promove a inserção precoce no mercado de trabalho, conduzindo a um aumento de trabalhadores sem qualificações profissionais para o exercício das suas profissões (Idem). De igual modo, este panorama reduz as possibilidades de progressão profissional da população jovem adulta, com o impacto negativo pessoal, social e económico que daí resulta (Rodrigues, 2009).

A escola constitui e constitui-se como um valor social, e foi criada como tal, para responder a um ideal em que, por um lado, garanta a todos o direito de aprender e, por outro, responda à pressão do desenvolvimento e constitua-se um elemento importante e necessário, um indicador fortíssimo da capacidade das sociedades se desenvolverem (Guerreiro et al., 2009). O ensino profissionalizante torna-se então numa opção para que os jovens possam ter novas oportunidades no mercado de trabalho, garantindo um maior aproveitamento escolar e diminuindo o número de jovens que não termina o ensino secundário (Silva et al., 2006).

A formação profissional facilita assim a inserção profissional dos jovens visando que a sua educação integral os habilite a uma autêntica inserção social. (Almeida & Ramos, 1992)

Os estudantes que encontram dificuldades no ensino regular optam, muitas vezes, pelo ensino e formação profissionais (EFP). Por esta razão, as escolas profissionais enfrentam um especial desafio e responsabilidade no que diz respeito à redução do abandono escolar precoce. O EFP pode reforçar a motivação para aprender, oferecer aos estudantes uma maior flexibilidade e uma pedagogia mais adequada, e responder diretamente às expectativas de emprego dos jovens (CE, 2011).

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

A (re)introdução do ensino profissional de nível secundário veio colmatar muitas lacunas no sistema de ensino. Nesta sequência, foi criado um alargamento da oferta de formação e novas configurações curriculares (Roldão, 2004). O número de entidades promotoras e de candidatos adultos em formação tem vindo a crescer, em paralelo com os níveis de qualificação da população adulta (Rodrigues, 2009).

Nos cursos profissionais, as taxas de insucesso e abandono escolar são quase nulas. O presidente da Associação Nacional do Ensino Profissional (ANESPO), José Luís Presa, defende que o abandono escolar não é preocupação, alegando que os formandos sentem-se motivados e bem integrados nos projetos educativos (ANESPO, 2006).

Fatores como a forte componente prática, o ambiente acolhedor e o acompanhamento por parte dos professores perante as dificuldades dos alunos podem estar na base do sucesso e não abandono escolar, contrariamente ao que acontece no ensino regular onde os alunos são confrontados com uma formação essencialmente teórica. José Presa defende ainda que o ensino regular não prepara os alunos para a entrada direta no mercado de trabalho mas apenas para prosseguimento de estudos (ANESPO, 2006).

Os níveis de formação no secundário que apontam para vias profissionais são, sem dúvida, muito importantes para que haja uma diversidade de ofertas a esse nível. As escolas profissionais facultam as disciplinas nucleares, dão equivalência ao ensino secundário mas não limitam a hipótese de o aluno obter um diploma universitário (Roldão, 2004). A capacidade de atração da formação profissional depende do seu próprio reconhecimento social e das possibilidades que oferece no mercado de emprego, do salário que proporciona e das perspetivas de carreira que oferece (Canavaro, 2003).

Comparativamente com a União Europeia (UE), onde, em média, 70% dos alunos frequentam cursos profissionais, Portugal ainda não explora muito este lado onde apenas 30% dos alunos frequentam estes cursos. Isto prejudica em muito, tanto os alunos como a economia do país pois estes alunos que recorrem ao ensino profissionalizante adquirem conhecimentos, competências e saberes que lhes permite uma melhor integração no mercado de trabalho e maior produtividade do que os que saem do sistema escolar apenas com o ensino secundário do ensino regular (Silva et al., 2006).

4. Fatores do Abandono Escolar

Muitas crianças e jovens não conseguem ultrapassar as dificuldades do sistema educativo, o que as desmotiva (Garrinhas, 1997).

O modo mais eficiente de travar e de combater o Abandono Escolar passa, obrigatoriamente, pela sua prevenção, criando estruturas e bases que motivem os jovens a manter-se na escola e a concluir o percurso escolar pré-definido. É, portanto, necessário identificar os fatores que levam ao Abandono Escolar e qual o perfil do grupo alvo deste fenómeno. A importância de um conhecimento elucidado acerca das causas do fenómeno, e dos indivíduos mais atingidos por este problema, reside no facto de só assim ser possível prevenir e combater o fenómeno. Conhecer hoje, para agir no futuro, contrariando a atual tendência de ‘remediação’ (Janosz et al., 2000).

Definem-se alunos em risco de abandono escolar através de um percurso escolar marcado por mais de um insucesso, nível etário desfasado do seu nível académico, dificuldades de saúde, dificuldades económicas e dificuldades pessoais diversas para as quais não encontram apoio (Canavarro, 2007). É assim que, determinadas situações e/ou contextos familiares escolares, sociais e até mesmo aspetos individuais, se revelam fatores de risco ao abandono escolar (Janosz et al., 2000).

Embora os aspetos preditores de abandono escolar mais referidos na literatura se circunscrevam a fatores individuais e/ou familiares, não se pode desconhecer que a escola desempenha um importante papel na decisão de abandono escolar, assim como o grupo de amigos e o contacto com outras crianças ou jovens que já abandonaram a escola (Canavarro, 2007). Ambientes de convivência marcados pela presença de fatores de risco não apresentam condições apropriadas às necessidades e expectativas de desenvolvimento físico, intelectual, social e moral. Estes fatores são responsáveis por tornar a criança ou jovem mais vulnerável, expressando diversas dificuldades de adaptação escolares e/ou sociais (Amado & Freire, 2002). Uma criança ou jovem não se sente capaz de procurar alternativas para enfrentar o momento de crise ou o faz de forma ineficaz (Canário, 2001).

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

Saber que se trata de abandono (no final do ano letivo) ou de desistência (durante o ano) pode ser indispensável para a compreensão dos motivos, fatores e situações, mas não altera o essencial (Ainscow et al., 1997).

Os processos de abandono escolar precoce têm causas complexas e variadas, mas estão muitas vezes associados a desvantagens socioeconómicas, a meios pouco qualificados, a uma alienação ou fraco desempenho em termos de educação e formação, à atratividade dos mercados de trabalho e/ou a uma conjugação de problemas sociais, emocionais e educativos que colocam os indivíduos em risco de abandonar a escola (CE, 2011).

De um modo geral pode-se afirmar que os/as alunos/as que abandonaram a escola precocemente vivem em áreas desfavorecidas, em meios familiares intelectualmente desfavorecidos, têm poucas ambições escolares, o que origina fracos resultados, e professores pouco motivadores (Ferrão & Neves, 1992). Como a relação dos/as alunos/as com a escola depende do contexto socioeconómico em que vivem e das suas experiências pessoais, a integração escolar, em geral, é tanto menor quanto mais baixa for a escolarização dos pais (Almeida & Ramos, 1992).

Vallerand e Fortier (1997, cit in Canavarro, 2007) defendem que os comportamentos dos professores, dos pais e gestores escolares influenciam a perceção dos próprios estudantes sobre a sua competência e autonomia. Quanto menos os seus comportamentos ajudarem a promover a autonomia dos alunos, mais reduzidas são as suas perceções e, conseqüentemente, mais baixa é a sua motivação em relação à escola, o que conduz ao desenvolvimento de intenções e comportamentos de abandono escolar (Canavarro, 2007).

Para Amado e Freire (2002), um único fator pode ser suficiente para causar determinados distúrbios, comportamentos e/ou respostas desadaptadas. De acordo com o PNAPAE (2004), o desempenho escolar só pode ser analisado e compreendido se tivermos por base quatro vertentes: o indivíduo, a família, a escola e o meio envolvente. Só assim se pode ter uma visão abrangente da motivação do aluno em relação ao seu percurso escolar, que poderá ser de sucesso, insucesso, ou de abandono.

4.1. Fatores Individuais

Estes fatores decorrem de interações traumatizantes na história de vida do aluno e são fortemente determinantes do seu desinteresse escolar, que se traduz no desempenho do/a aluno/a. Segundo Silva (et al., 2006), uma criança desinteressada desenvolve baixa motivação, baixos níveis de esforço, desatenção e níveis elevados de problemas disciplinares.

Um percurso escolar cheio de retenções e de insucesso escolar desencadeia sentimentos de incapacidade e fracasso generalizado e pode revelar-se muito traumático para a criança (Amado, 2001). Este fracasso continuado apresenta sérios problemas de adaptação fazendo com que muitos abandonem a escola cedo de mais e, muitas vezes, envolvam-se em drogas, incidentes criminais e conflitos nos seus relacionamentos (Hunt et al., 2002).

Quando estas crianças e jovens atribuem o seu mau desempenho à incompetência pessoal, apresentam sentimentos de vergonha e baixa autoestima, desencadeando problemas emocionais e comportamentais; culpam a escola do seu mau desempenho e demonstram sentimentos de frustração, agressividade e inferioridade, expressando hostilidade relativamente aos outros (Sousa et al., 2007). Estes sentimentos podem levar facilmente o/a aluno/a a abandonar a escola (Idem).

De acordo com Arroiteia (2008), a experiência escolar do/a aluno/a tem um papel crucial na formação das suas autoperceções (crença que a criança tem sobre as suas capacidades e habilidades que influenciam os seus comportamentos e motivação) e na sua decisão de abandonar a escola.

Melo (2008), através do seu estudo, diagnosticou as causas deste abandono, referindo como os motivos mais apontados pelos alunos para não continuarem a estudar, os seguintes: vontade própria, estar cansado de estudar, querer ser independente, dificuldade de ingressar no ensino superior e dificuldades financeiras. Isto levou-o a concluir que o abandono escolar se deve a pouco interesse pelos estudos, a causas de natureza económica e de acesso ao próprio ensino.

O desempenho escolar, assim como todo o conjunto de elementos a ele associados, e.g. desinteresse escolar, baixa autoestima, baixo autoconceito, repetências, insucesso escolar, problemas disciplinares, etc., são tidos como fatores individuais de risco quanto ao abandono escolar e são estes que ao desencadarem experiências escolares negativas e/ou traumáticas na vida escolar do aluno, poderão levá-lo ao abandono precoce da escola (Knesting & Waldron, 2006).

4.2. Fatores Familiares

A família é um dos agentes de socialização mais importantes. O ambiente familiar assim como os estilos educativos parentais são fatores determinantes da socialização da criança ou jovem (Canário, 2001). Estes estilos educativos parentais estão fortemente relacionados com o comportamento, desempenho escolar e a integração social dos seus filhos (Idem).

A escola acaba por ampliar as diferenças familiares sendo certo que os alunos oriundos de famílias muito vulneráveis se tornam cada vez mais vulneráveis à medida que a sua permanência na escola se prolonga sem sucesso (Costa, 1998). É sobre estes alunos que mais facilmente recaem os rótulos e as expectativas negativas, é sobre eles que se exerce maior vigilância e isto leva-os a sentirem-se excluídos, perseguidos, vítimas de injustiça e de incompreensão (Amado & Freire, 2002).

O ambiente familiar está, segundo Amado e Freire (2002), relacionado com o desenvolvimento da criança a níveis físico, intelectual, social e cultural. Assim sendo, o disfuncionamento familiar cria fortes possibilidades do aparecimento de problemas cognitivos, sociais, afetivos, emocionais, comportamentais e físicos. Então, o ambiente familiar, designadamente os problemas familiares, as pobres estruturas familiares e as tensões vividas no seio familiar influenciam diretamente o desenvolvimento intelectual da criança e a sua motivação básica para a aprendizagem na escola (Costa, 1998).

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

Para Amado e Freire (2002), existem dois fatores fortemente associados ao desempenho escolar (e.g. sucesso ou insucesso) e, por conseguinte, ao abandono escolar precoce: a existência de um ambiente familiar negativo (e.g. conflitos entre os membros, atribuições interpessoais negativas, maus tratos, estilos de autoridade e de comunicação desajustados, psicopatologias, alcoolismo, toxicod dependência, entre outros) e a falta de apoio familiar (e.g. desinteresse pelo trabalho escolar, baixas expectativas parentais, não participação em reuniões, entre outros).

A origem socioeconómica dos alunos/as e as expectativas que a família manifesta sobre o percurso e aproveitamento escolares, ajudam a compreender até que ponto a relação entre a escola e o/a aluno/a se vai tornando gradualmente mais frágil à medida que as exigências curriculares se acentuam – até porque existem no interior da escola problemas de ordem organizacional, curricular e pedagógica que tendem a reforçar o afastamento de alunos interiormente dispostos a afastar-se (Guerreiro, 2009).

Crianças e jovens provenientes de meios sócio, económico e culturalmente inferiores têm menores oportunidades de desenvolvimento físico, emocional e intelectual, proporcionadas por menores condições físicas e sociais na estimulação das suas capacidades, assim como um menor acesso a bens culturais (Feitosa et al., 2005). A percentagem de problemas de aprendizagem e insucesso escolar acaba por ser mais elevada em crianças oriundas de meios socioeconómicos desfavorecidos, o que pode gerar dificuldades de aprendizagem, inadaptação à escola e abandono precoce (Idem). Assim, as famílias desestruturadas vivendo em ambientes muito pobres ou marginais, favorecem na criança uma baixa autoestima, acompanhada por sentimentos de inferioridade e incapacidade, insegurança, falta de controlo emocional e comportamental, baixa tolerância à frustração, baixas metas educacionais, entre outras, intensificando-se o risco de abandono escolar. Estas crianças e jovens, tornam-se, também, mais vulneráveis ao desenvolvimento de comportamentos de risco e desajustados. O ambiente familiar pode ser favorável ou não, ao desenvolvimento da aprendizagem (Ferrão et al., 2000).

Segundo o PNPAE (2004), a qualidade do apoio familiar condiciona, pela positiva ou pela negativa, o sucesso académico da criança e do jovem. Atitudes dos pais como: manifestação de interesse/desinteresse pelo trabalho escolar; a participação ou não nas reuniões da escola; as expectativas relativamente ao sucesso ou insucesso escolar, entre outras, poderão estimular

a aprendizagem das crianças ou, pelo contrário, levá-las a iniciar um processo de desinteresse pela escola, muitas vezes irreversível (Feitosa et al., 2005). As baixas expectativas parentais, como a supervisão insuficiente ou inadequada, são variáveis fortemente associadas ao abandono escolar precoce (PNPAE, 2004). O apoio, o interesse e a participação dos pais na vida escolar dos filhos são fatores determinantes do melhor ou pior desempenho escolar da criança. Os/as alunos/as que recebem apoio dos pais apresentam mais habilidades nas tarefas, desenvolvem uma autoestima positiva em relação à escola e ajustam-se melhor psicologicamente.

O peso das questões familiares, combinadas com outros fatores, faz-se sentir de forma muito vincada nos abandonos mais precoces, e que provavelmente nem a existência de uma pressão de qualificação profissional do mercado de trabalho inverteria a situação. Canavarro (2007) assinala que as questões mais ligadas à escola acentuam a sua importância no 3º ciclo e que o abandono não é maior porque em algumas zonas do país a perspectiva de emprego imediato não é elevada.

Assim, um envolvimento adequado dos pais com a escolaridade dos filhos promove não só o envolvimento dos filhos com esta, como também um melhor rendimento escolar, motivação e um bom nível de autoestima (Sousa et al., 2007).

4.3. Fatores Escolares

Assim como a família, a escola revela-se uma importante fonte de influência no comportamento e desempenho escolar das suas crianças e jovens. O ambiente educacional revela-se determinante na qualidade da experiência escolar Janosz et al., (2000).

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

Benavente et al. (1994), declara que uma das principais razões para o abandono escolar precoce é que os/as alunos/as que abandonam a escola, foram, por ela, abandonados anteriormente também. A autora afirma ainda que o abandono escolar precoce:

- a) Surge com o prolongamento da escolaridade obrigatória;
- b) Resulta de acontecimentos e orientações que vão ocorrendo desde muito cedo nos percursos escolares (dificuldades, desinteresses, repetências);
- c) Tem graves consequências pessoais, sociais e económicas.

Os professores têm por hábito atribuir a responsabilidade à família e à incapacidade dos próprios alunos, esquecendo-se da responsabilidade que eles próprios enquanto professores têm no desempenho dos seus alunos (Sarceno, 1997). As crianças que reagem negativamente à escola, na sequência da deterioração do seu meio familiar, só o fazem porque o seu meio escolar não faz senão agravar e ampliar os seus problemas pessoais (Idem).

Almeida e Santos (1990, cit in Canavarro, 2007) identificam como áreas críticas do sistema educativo e que favorecem a saída do sistema educativo precocemente, as seguintes:

- A escola não conhece o aluno (défice de conhecimento sobre dados pessoais e sócio demográficos dos alunos);
- A disparidade das condições de frequência (desde as questões fisiológicas às condições de suporte e apoio social e familiar);
- Dificuldade nas condições que a escola disponibiliza para acompanhamento dos alunos pelos professores;
- Dificuldades/limitações na relação escola – família;
- Horários desadequados, falta de espaços de estudo, problemas de transporte;
- Dificuldades na integração da escola no seu contexto sócio- cultural.

O atual sistema de ensino não está criado para promover o sucesso escolar e o insucesso acumulado potencia o abandono (Justino, 2010). O facto do sistema de ensino ser entendido como uma competição e não como uma capacitação integradora, não é vocacionado

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

para desenvolver o sucesso dos alunos, mas sim para os seleccionar ao longo do seu percurso educativo (Canavarro, 2003).

Segundo o documento PNPAE (2004), os anos de escolaridade mais críticos são os que correspondem às mudanças de ciclo pois os métodos e o sistema de ensino são diferenciados, Isto significa que as elevadas percentagens de retenção e o modo como se distribuem ao longo dos 12 anos de escolaridade, indicam que há problemas de articulação entre ciclos e uma fraca orientação por parte das escolas para prevenir o insucesso escolar. A probabilidade de um/a aluno/a ficar retido num determinado ano é tanto maior quanto mais avançado estiver o/a aluno/a no seu trajeto escolar e as taxas de retenção são mais elevadas nos anos a seguir a mudança de ciclo (5º, 7º e 10º anos).

O insucesso escolar e o seu acúmulo podem conduzir ao abandono escolar, ao decréscimo das expectativas criadas, quer por parte das famílias, quer dos professores, do ciclo de amigos/as ou da comunidade, assim como da autoestima dos/as alunos/as (Canavarro, 2007). Há também que considerar o facto do insucesso acumulado poder revelar-se como uma antecipação do abandono (Canário, 2001). Efetivamente, o insucesso escolar contribui para que o jovem se sinta mal no ambiente escolar, ficando desmotivado e desgostoso com a escola e acabando por reprovar. Esta situação pode provocar a rutura do jovem com a escola, pois o facto de ter de repetir o ano como forma de castigo, leva o/a aluno/a a afastar-se de quem o/a rotula com sentido pejorativo (Sarmiento, 2009).

As expectativas de conclusão de uma escolaridade mais alargada são reduzidas e poderão justificar o menor empenho dos/as alunos/as no sucesso dos seus estudos. Interiorizando a ideia de um abandono futuro, esses/as alunos/as transformam-se em repetentes habituais sem que ninguém os consiga ou queira dissuadir dessa opção. Uma hipótese que explica o elevado insucesso escolar é o facto da formação de base no ensino básico não ser suficientemente capaz de preparar os/as alunos/as para os níveis de exigência dos ciclos seguintes (Justino, 2010).

O insucesso escolar, claro que é, em parte, dos/as alunos/as, mas é sobretudo, o insucesso de uma instituição que não está a conseguir, por diversas razões, cumprir com os

seus objetivos e com as suas missões sociais que são fazer com que os/as alunos/as adquiram conhecimento, saberes e competências que socialmente são necessários (Roldão, 2004).

O ambiente escolar nem sempre atende às necessidades dos/as seus alunos/as, o que se aplica especialmente às crianças e jovens provenientes de estratos socioeconômica e culturalmente desfavorecido, os quais nem sempre se ajustam às condições e desafios das escolas que frequentam (Canário, 2001). Desse desajuste entre os/as alunos/as, as suas necessidades, a escola e as suas exigências resultam na queda da motivação, do desempenho escolar, e da autoestima dos/as alunos/as, o que pode contribuir para o aumento da sua vulnerabilidade para o desenvolvimento de comportamentos de risco (Idem).

Para Knesting e Waldron (2006), grande parte das crianças e jovens que abandonam precocemente a escola referem a falta de interesse e de expectativas dos professores nas suas aprendizagens. Acrescentam ainda que alguns professores são indiferentes presença dos/as alunos/as na escola, não se preocupando se estes comparecem ou não.

Da mesma forma que as escolas podem contribuir para o abandono precoce, também podem contribuir para a persistência dos alunos na escola (Knesting & Waldron, 2006).

Segundo Janosz e Blanc (1999), podemos concluir que os fatores que determinam o sucesso/insucesso do aluno e, conseqüentemente para a sua frequência/ desistência estão diretamente relacionados com: i) competência científica e pedagógica do professor; ii) interações educativas entre professor-alunos (e.g. comunicação, liderança, métodos de ensino e de avaliação); iii) ambiente relacional na escola (e.g. relacionamento interpessoal, dinâmica e trabalho em equipa, clima institucional, liderança e coordenação). Existem também outros fatores relacionados com as dinâmicas internas das escolas e com as políticas educativas (e.g. estrutura do currículo escolar, qualidade dos equipamentos e espaços escolares, formação e estabilidade do corpo docente, dimensão das escolas e das turmas, entre outros) na adoção de comportamentos de risco, como o abandono da escola (Idem).

Alguns destes/as alunos/as têm consciência de que são capacitados cognitivamente para obterem melhores resultados e até desviarem-se das classificações negativas, mas não têm vontade para o fazer nem estão dispostos a esforçarem-se o necessário para melhorar os resultados escolares (Janosz et al., 2000). A disposição para investir na aprendizagem escolar

é, a maior parte das vezes, influenciada pelas famílias dos jovens, pelos respetivos grupos de pertença e pelas disposições mentais associadas, e não resulta da vontade própria do aluno (Guerreiro, 2009).

4.4. Fatores Sociais

O ambiente social exerce grande influência no comportamento de qualquer criança e/ou adolescente.

Não se pode esquecer que os pares constituem uma importante fonte de apoio social, principalmente para as crianças e jovens provenientes de famílias socioeconómicas e culturalmente desfavorecidas (Guerreiro et al., 2009). Exercem uma influência muito grande no/a aluno/a e, da mesma forma que podem estimular à permanência na escola, também o/a podem afastar desta. Existem crianças e jovens que abandonam precocemente a escola porque os seus amigos também o fazem (Feitosa et al., 2005).

O problema está no tipo de companhias pois a sua influência é ainda mais determinante nas áreas marginais, onde a carência socioeconómica e as condições de vida precária aumentam a suscetibilidade do jovem para desenvolver padrões comportamentais de risco e condições graves de desadaptação (Garcia et al., 2000). Amado e Freire (2002) referem que as condições de vida degradadas (e.g. má nutrição, más condições habitacionais, formação de guetos,...) juntamente com as más companhias acabam por estimular as crianças e os jovens à constituição e ao reforço de comportamentos de risco, como a delinquência.

A pobreza e as precárias condições de vida das famílias podem gerar mecanismos de exclusão e de abandono escolar precoces. É o maior preditor de problemas no desenvolvimento e no desempenho escolar das crianças e jovens, devido às condições ligadas à falta de recursos. É, por isso, um dos fatores de risco que aumenta a vulnerabilidade física e psicossocial da criança (Caetano, 2005). Essa criança tem então menores oportunidades de

desenvolvimento físico, emocional e intelectual, proporcionados por menores condições físicas e sociais na estimulação das suas capacidades assim como um menor acesso a bens culturais. A frequência, na escola, de crianças de diferentes classes sociais ou meios socioculturais distintos, implica um sucesso escolar também diferenciado (Idem).

As carências no suporte social associadas à pobreza socioeconómica, afetam tanto, o desempenho académico como social. Feitosa et al. (2005) salientam a importância de estratégias como: i) criação de redes de apoio; ii) implementação de programas de habilidades sociais na escola; iii) fortalecimento da ação comunitária para ajudarem no combate ao abandono precoce da escola.

Segundo Garrinhas (1997), existem fatores sociais determinantes para o abandono precoce da escola, tais como: i) ambiente comunitário; ii) relação existente entre a comunidade e a escola; iii) grupo social/ grupo de pares.

Benavente et al. (1994) afirma que as causas existentes na base do abandono escolar estão agrupadas em 3 grandes grupos: Integração/Relacionais, Familiares e de Acessibilidade.

A. Integração/Relacionais

1. Falta de interesse por parte do/a aluno/a em frequentar as aulas;
2. Aborrecimento, considera a escola desagradável e sem interesse;
3. Idade, sentir-se muito velho/a do que os seus colegas;
4. Problemas com os professores;
5. Problemas com os colegas;
6. Inadaptação na escola;
7. Interesse por outras atividades;
8. Maus resultados.

A escola é responsável por muitos casos de abandono, pois não consegue manter os jovens inseridos e integrados no seu sistema. Não consegue motivar os jovens para os estudos, pois também não é capaz de apreender as suas necessidades individuais (Janosz & Blanc, 1999). A escola tem tendência para excluir os alunos que não se adaptam ao seu sistema

uniforme. No sistema de ensino existem desigualdades que a escola não consegue combater. Muitas dessas desigualdades vão originar insucessos, que por sua vez afastarão o jovem do mundo escolar (Guerreiro, 1998). O insucesso escolar, nas suas várias formas, condicionam a rutura com a escola e contribui para que o jovem se sinta mal no ambiente escolar. O jovem começa a não gostar da escola, sendo muitas vezes obrigado pelos pais a frequentá-la. Contudo, isso não impede que ele acabe por desistir completamente de frequentar o sistema de ensino (Arroteia, 2008). A forma mais visível de insucesso escolar é sem dúvida a reprovação. Esta pode originar a rutura do jovem com a escola, pois o facto de ter que repetir o ano como forma de castigo, leva o/a aluno/a a afastar-se de quem o rotula com sentido pejorativo (ANESPO, 2011). O absentismo, o desinteresse pelas matérias lecionadas, o mau comportamento que não possibilita estar atento à aula e o pouco tempo dedicado aos estudos, são algumas das razões que podem dar origem ao insucesso, e conseqüentemente ao abandono (Amado & Freire, 2002).

B. Familiares

1. Responsabilidades e problemas familiares;
2. Nível de instrução considerado suficiente para a atividade profissional;
3. Problemas financeiros, pode ter que trabalhar para se sustentar e não conseguir conciliar com a escola;
4. Necessidade de começar a trabalhar.

Em relação ao meio familiar, é inquestionável a influência que as características deste têm sobre os modos de vida dos jovens e sobre as decisões que estes tomam (Carneiro, 1997). A escolaridade dos progenitores está intimamente relacionada com a escolaridade dos filhos, havendo uma relação positiva entre a escolaridade, sobretudo, da mãe e a escolaridade dos filhos (Ferrão et al., 2000). As características económicas das famílias também condicionam a frequência escolar dos filhos e as atividades desenvolvidas pelos pais. A componente económica pode ter intervenção direta no prosseguimento dos estudos, uma vez que existem, apesar do ensino ser, por lei, gratuito, despesas escolares que os pais não podem evitar, nem suportar (Canavarro, 2007).

C. Acessibilidade

1. Problemas de deslocação/ transporte, se o aluno vive muito longe da escola ou não tem transporte para o local onde vive.

Quando a distância é grande, o jovem tem dificuldades acrescidas. O facto de estar longe de casa todo o dia, e o tempo que gasta em transportes são só algumas particularidades que afetam quem não vive próximo da escola (Benavente et al., 2004). Deste modo, fica afetado o tempo que o jovem pode dedicar aos estudos. Estas situações têm implicações na vida estudantil do jovem, mas não só. Se roubam tempo de estudo aos jovens, também retiram tempo de lazer. Assim, a distância casa- escola afeta duplamente o tempo dedicado ao estudo. Estas situações não são determinantes na saída da escola, mas pendem, para o lado negativo, em caso de dúvida (Idem).

Segundo Janosz e Blac (1999), existem diferentes dimensões que estão por trás do abandono escolar precoce, tais como:

- *Sociais* – Os/as alunos/as que no futuro acabarão por desistir da escola tendem a juntar-se ao grupo de pares desistente ou potencialmente desistente que exercem uma influência muito grande no/a aluno/a em risco;
- *Organizacionais* – O sistema escolar pode gerar a falta de motivação, insucesso e desistência quando os seus objetivos conduzem à ausência ou à perda de sentido e de valor de escolaridade;
- *Familiares* – Fatores como a dimensão familiar, divórcio dos pais, escolaridade dos pais e o facto de existirem desistentes numa família, influenciam a desistência da escola;
- *Pessoais ou Interpessoais* – O comportamento e as capacidades da criança/jovem influenciam em muito o seu percurso escolar, assim como a baixa-autoestima, carência de afeto e a pouca ambição relativamente ao seu percurso profissional.

Embora a população mais desfavorecida tenha cada vez mais acesso à escola e, nesse sentido, as diferenças sociais se tenham atenuado, não quer dizer que todos tenham as mesmas oportunidades (Mendonça, 2007).

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

Almeida (2005, cit in Carneiro, 1997) afirma que há uma repartição desigual das probabilidades de sucesso escolar segundo os diferentes meios sociais. Para este autor, crianças e jovens provenientes de meios socioeconómico e culturalmente mais baixos têm menores oportunidades de desenvolvimento físico, emocional e intelectual. O sistema socioeducativo pode então tornar-se um fator de risco estrutural da desistência escolar para alguns alunos. Elliot e Voss (1974) defendem que os fatores escolares são os que mais determinam o abandono escolar pela sua estrutura, organização e influência na adaptação.

O abandono escolar precoce deve-se muitas das vezes à necessidade da entrada precoce na vida laboral devido a situações de pobreza familiar ou isolamento das escolas. Numa família onde não se valoriza a formação escolar, dificilmente o jovem se sentirá motivado para prosseguir os estudos e, por questões de dificuldade económica, se os pais pressionam o jovem para que este inicie uma profissão, este tenderá a responder positivamente à pressão (Duarte, 2000). Se o mercado de trabalho não recebesse jovens com baixa instrução, eles teriam que manter-se na escola, já que não tinham outro tipo de atividade para desenvolver (Ferrão et al. 2000).

Independentemente do tipo de fatores que o explica, o abandono escolar corresponde sempre a uma situação de rutura em relação ao cumprimento da escolaridade obrigatória. Assim sendo, a sua compreensão exige a identificação de quatro zonas de atrito entre os elementos que o constituem (Ferrão & Neves, 1992):

1. Condições e situações de inserção social – Reflete tensões com origem em incompatibilidades entre as estratégias familiares e as características do sistema educativo:
 - Aspirações e expectativas aos grupos sociais que em certas situações podem revelar atitudes de total desvalorização da educação escolar;
 - O modo como os pais avaliam os resultados que o aluno vai obtendo;
 - Papel do diálogo professor – família;
 - Impossibilidade de cumprimento da escolaridade por questões económicas.

2. Condições de frequência escolar
 - Reflete tensões que normalmente se vão acumulando ao longo do período de escolaridade básica e que podem levar a situações de rejeição total da escola;

- É possível determinar diversos tipos de determinantes que atuem isoladamente ou não:

a) Determinantes individuais (alunos):

Características psicológicas e psicoafectivas (e.g. problemas de adaptação, integração, dificuldades de aprendizagem, etc.); aspirações e expectativas que podem não coincidir com as que são expressas pela família face à escola; ritmo das trajetórias escolares percorridas por cada jovem, face à escola em que a situação de “atraso agravado” pode desmotivar o cumprimento do ciclo em que se encontra e sobretudo a inserção no ciclo seguinte.

b) Determinantes institucionais (escola):

Modos de ensino – processos pedagógicos, conteúdos programáticos, relação professor- aluno/a, etc.; condições de ensino- tipo de gestão dos estabelecimentos escolares, instalações e equipamentos disponíveis, regime de funcionamento das escolas, colocação de professores, dimensão das turmas, ritmos escolares, etc.

3. Condições e situações de inserção na vida ativa- determinantes económicos e socioculturais (quer ao nível da procura como da oferta de emprego).
4. Condições e situações de acessibilidade à escola- distância casa- escola, ausência de transportes, etc. (Ferrão & Neves, 1992).

5. Perfil dos Alunos em Risco de Abandono Escolar

O Abandono Escolar é um problema do domínio da conduta do aluno/a e traduz-se na decisão de deixar a escola sem completar o nível de ensino obrigatório (Justino, 2010). Essa decisão não é repentina mas sim resultado de um longo processo de tensões, desajustamentos, fracassos e desinteresse pela escola (Idem). É constantemente posto em causa o valor da escola como participante no desenvolvimento pessoal e de preparação para a vida ativa. O/a aluno/a em risco é rejeitado/a pela escola que não conseguiu motivá-lo/a e como consequência é “lançado/a” para a vida ativa ou marginalidade (Duarte, 2000).

Para Knesting e Waldron (2006), crianças e jovens que recebem pouco apoio escolar em casa, provenientes de famílias sócio, económica e culturalmente desfavorecidas são frequentemente descritos como potencialmente em risco de abandono escolar, embora o abandono escolar atinja também alunos de estratos socioeconómicos mais elevados.

A designação de aluno/a em risco reflete o conhecimento de que alguns alunos estão mais predispostos a experimentar problemas, tanto em relação ao rendimento escolar como nas suas experiências pessoais e sociais (Caetano, 2005). Um/a aluno/a em risco não significa que tenha algum tipo de problema do foro psicológico ou tenha alguma incapacidade mas, devido a determinadas características do seu meio familiar, escolar e social, está mais predisposto a experiências negativas, tal como, baixo rendimento/ desempenho escolar, problemas comportamentais e emocionais e abandono escolar (Canavarro, 2005).

A caracterização dos jovens que abandonam a escola é imprescindível para se identificar, atempadamente, o/a aluno/a em risco de abandono. Identificar o/a “aluno/a em risco de abandono” permite que se possa agir sobre ele a fim de evitar a situação real de abandono e conseguir que ele regresse à escola (Benavente, 1994). O perfil do/a aluno/a em risco demonstra geralmente um atraso escolar significativo, não tem ambições escolares e profissionais e pais/encarregados de educação que não vêm a escola como uma mais-valia, desprezando as suas vantagens (Idem). Então, o fracasso escolar explica-se por uma inadequada socialização familiar, baixas aspirações e reduzidas expectativas de sucesso escolar (Silva et al., 2006).

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

Na opinião de Ferrão e Neves (1992), os estudantes de nível socioeconómico baixo, quando comparados com os de nível médio e alto, apresentam resultados escolares menos positivos, taxas de abandono escolar mais elevadas e percepções negativas da escola e das suas possibilidades de sucesso no contexto escolar. De acordo com estes autores, a pobreza vai muito para além da falta de meios económicos, passando também por ser um problema individual de competência, dignidade e autoestima.

Para Garrinhas (1997), o/a aluno/a em risco é geralmente mais velho que os seus colegas de turma devido às repetências, não parece ser apoiado pela família que, por norma, não tem muita escolaridade, e tem, em geral, um rendimento escolar insuficiente.

Os/as alunos/as que maior probabilidade têm de abandonar a escola vivem, na sua maioria, em periferias urbanas pois as zonas rurais são mais atingidas pelo abandono escolar. São, muitos deles, filhos de trabalhadores agrícolas, de operários, filhos de emigrantes e pertencentes a minorias étnicas (Benavente et al., 2004). De um modo geral pode-se afirmar que os alunos que abandonaram a escola precocemente vivem em áreas desfavorecidas, em meios familiares intelectualmente desfavorecidos, têm poucas ambições escolares, o que origina fracos resultados, e professores pouco motivadores (Idem).

Estas crianças ou jovens tendem a evitar os desafios que a escola lhes propõe, tentando afirmar-se com comportamentos agressivos e de oposição. São facilmente e frequentemente rotulados como “estúpidos”, “desajeitados”, “preguiçosos”, “desinteressados” e, para os quais o abandono da escola é a saída mais fácil (Amado & Freire, 2002).

Para estes/as alunos/as desinteressados e alheios às exigências da escola, a prossecução dos estudos não faz parte do seu projecto de vida e todo o trabalho escolar deixa de fazer sentido, o que leva ao abandono precoce da escola. Estar na escola só por obrigação em nada desenvolve as funções educativas que a instituição tem como objectivos (Amado, 2001).

Verificou-se então que o perfil dos jovens que abandonam a escola evidencia uma pertença a famílias com baixas habilitações, baixos rendimentos e dificuldades económicas

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

(Arroteia, 2008). Se estas dificuldades empurram os jovens, desejosos de autonomia financeira, para o mercado de trabalho, também a escola assume uma parte da responsabilidade no abandono precoce pela incapacidade que ela mostra de motivar e de desenvolver o interesse dos jovens pela educação e pela formação (Idem).

Relativamente ao perfil do aluno em risco, para Benavente et al. (2004), normalmente revelam:

- Desinteresse pela escola, matérias leccionadas, e aulas;
- Falta de apoio por parte dos professores;
- Ausência de ambições quanto ao mundo de trabalho;
- Atraso escolar importante;
- Ser mais velho que os colegas do mesmo grau de ensino;
- Falta de apoio por parte da família;
- Viver num meio familiar intelectualmente desfavorecido;
- Rendimento escolar insuficiente.

Janosz et al. (2000) como conclusão de alguns estudos que realizaram, definiram quatro perfis de alunos/as em risco de abandono escolar:

- 1) Alunos/as Discretos/as, não apresentam nenhum problema de comportamento na escola, o seu nível de dedicação é elevado, ao contrário do seu rendimento escolar que é muito baixo, correndo o risco de passarem despercebidos(as) junto das autoridades escolares. A intervenção deverá acentuar na melhoria da performance académica – apoio à realização de tarefas escolares para casa, sujeição a uma metodologia e a uma prática de ensino mais diversa e mais variada. É a categoria com melhor prognóstico.
- 2) Alunos/as Não Empenhados/as, são os/as que revelam um reduzido empenho face à educação e evidenciam uma inadaptação escolar e rendimento médios. Carecem de intervenção que procure reparar alguma falha vocacional.

- 3) Alunos/as com Baixo Desempenho, o seu grau de empenho é baixo assim como o seu rendimento escolar que é muito fraco. Mau prognóstico. Necessitam de uma intervenção individualizada e teriam solicitado sinalização precoce.
- 4) Alunos/as) Inadaptado/as, o seu interesse e dedicação são muito baixos assim como o seu rendimento escolar e o seu nível de adaptação escolar. Requerem uma intervenção multidimensional intensiva, designadamente acompanhamento psicossocial e intervenção académica diferenciada.

Há muitos alunos que provavelmente não continuam na escola porque não vêem na escola utilidade para isso. O problema são aqueles indivíduos que não têm condições económicas, culturais e doutra natureza para progredir. Como consequência abandonam a escola porque não têm sucesso escolar (Roldão, 2004).

Pode-se concluir então que o/a aluno/a em risco acaba por não se sentir bem na pele de estudante, isolando-se e sentindo-se solitário. Vivem, na sua maioria em zonas desfavorecidas e em famílias com pouco diálogo. Têm poucas ou nenhuma ambições escolares, fracos resultados e sentem uma grande “atração” pelo mundo de trabalho (Benavente et al.,1994).

6. Repercussões do Abandono Escolar

“As elevadas taxas de abandono prejudicam a produtividade da nação e representam um trágico desperdício de vidas jovens” (Benavente, 1994,p.30)

O fenómeno do abandono escolar precoce é visto atualmente como um problema sério e preocupante pela sua dimensão e repercussões negativas tanto para o próprio indivíduo, como para a sociedade refletindo-se no desenvolvimento socioeconómico do país (Carneiro, 1997).

As taxas elevadas de abandono escolar precoce são um obstáculo ao crescimento inteligente e inclusivo. Têm um impacto negativo no emprego dos jovens e aumentam o risco de pobreza e de exclusão social (Garcia et al., 2000). O abandono escolar precoce representa uma perda de oportunidades para os jovens e uma perda de potencial social e económico (CE, 2011).

De acordo com Guerreiro (2010), a escola não dá resposta às qualificações desejadas, não fomenta a autoconfiança e autoestima, não fornece habilitação para a criação de emprego próprio, nem incentiva a progressão escolar. A saída antecipada da escola tem muitas vezes como consequência a exclusão social e a entrada precoce numa vida delinquente ou mesmo marginal. Garrinhas (1997) sustenta ainda que a resposta ao problema do abandono escolar não pode ser construída no âmbito da escola dado que é a escola que provoca o abandono.

Quer o insucesso, quer o abandono escolar são fortes formas de exclusão social pois os indivíduos de alguma forma estão em desvantagem na sua formação académica, encontram mais obstáculos na procura de emprego, habitação e recursos financeiros (Canário, 2001). A exclusão escolar surge então como consequência do insucesso e do abandono escolar. Uma escola inclusiva defende a integração e a adaptação da capacidade de resposta para cada aluno e os seus professores devem ter autonomia suficiente para tomar decisões imediatas tendo em conta a individualidade dos seus alunos e a singularidade de cada situação que ocorre (Ainscow et al, 1997). Um percurso escolar de sucesso dependerá, então, da forma como a escola integra e valoriza as diferentes formas de excelência dos seus alunos, para que as diferenças se tornem enriquecedoras, ao invés de se transformarem em desigualdades

desencadeadoras do insucesso. Na opinião de Grave – Resendes e Soares (2002), por não se sentirem valorizadas, as crianças são afetadas, na sua autoestima, uma das causas responsáveis pelo insucesso escolar destas crianças.

As elevadas taxas de abandono escolar precoce afetam em muito a produtividade do país (Benavente et al., 1994). O abandono escolar pode levar a empregos precários, à grande probabilidade de virem a pertencer a grupos marginalizados e/ou associados à criminalidade (devido não só às suas diferenças culturais e linguísticas e/ou raciais, mas também às suas características físicas e/ou psicológicas) que restringem o acesso a oportunidades benéficas e aumentam a probabilidade de desadaptação (Garcia et al., 2000). Abandonar precocemente a escola significa maiores níveis de pobreza, mais desemprego, salários mais baixos, mão-de-obra menos qualificada, maior taxa de criminalidade, entre outros (Canário, 2001).

Existem milhões de pessoas em que o fraco grau de instrução dificulta a vida profissional, põe em causa a qualidade de ocupação dos seus tempos livres, o acesso à informação e o conhecimento adequado sobre a realidade social. (Benavente et al., 1994)

Tem-se verificado que os adolescentes e jovens que abandonam a escola com poucas habilitações ocupam empregos menos bem remunerados, caracterizam-se por maiores dificuldades interpessoais, tendem a envolver-se, com mais frequência, em comportamentos desviantes, apresentam um nível de bem-estar ou de realização pessoal mais baixo e revelam índices mais elevados de psicopatologia (Revista Portuguesa de Pedagogia, 2013).

O indivíduo que não conclui a escolaridade terá mais probabilidade de ficar exposto a uma situação de desemprego prolongado, de ter acesso a empregos de grande precariedade e de vir a enfrentar alguma marginalização e mesmo exclusão sociais (Canavarro, 2007).

Prevenir o abandono escolar precoce é particularmente importante quer para combater os efeitos negativos da pobreza e da exclusão social no desenvolvimento das crianças, quer para capacitar as crianças e quebrar o ciclo de desvantagem intergeracional (CE, 2011).

Assim, os jovens que abandonam a escola nem se sentem alunos nem trabalhadores, nem crianças nem adultos (Benavente et al., 1994). As instituições não se responsabilizam pela sua formação mas eles ainda não se podem responsabilizar pela própria vida (Idem).

Síntese

Segundo Azevedo (1999), o fenómeno do abandono escolar prematuro é um complexo problema social, tanto nas suas causas como nas formas como se concretiza e ainda nas suas consequências sociais e profissionais. Não sendo um fenómeno novo, ele requer hoje uma reavaliação, devido às mudanças profundas que a sociedade tem vindo a registar, quer na socialização dos jovens, quer nas exigências que estas fazem à participação destes em diferentes esferas sociais.

A entrada precoce no mundo laboral, o baixo grau de escolaridade e os baixos requisitos de qualificação profissional, condicionam as aspirações individuais destes jovens mas também o desenvolvimento da economia social.

É uma das preocupações tanto atuais como futuras e exige novas medidas de intervenção que procurem refletir sobre as mudanças necessárias a introduzir nos contextos escolares.

É legítimo declarar que o Abandono Escolar tem os seus focos de origem em três setores: Escola; Família e Mercado de Trabalho. As influências que cada um tem na vida do jovem podem ser decisivas. As pressões de cada sector, atuando isoladas ou conjuntamente, dão origem a situações de Abandono Escolar, que pode não ter efeitos drásticos imediatos, mas que serão sentidos de forma drástica no futuro. As pressões que cada entidade exerce sobre o jovem vão determinar fortemente a decisão de abandonar a escola e entrar precocemente na vida ativa.

Com o prolongamento da permanência no sistema escolar, as qualificações e competências, novas tecnologias, saída do sistema escolar precocemente são demonstrações evidentes de desigualdades sociais (Azevedo, 1999).

Capítulo II – Sinalização, Acompanhamento, Prevenção e Intervenção em Situações de Abandono e/ou Absentismo Escolar

Introdução

O abandono escolar é percebido como um fenómeno que não acontece por acaso, o que demonstra a possibilidade de intervenção e inclusive, de prevenção (Benavente, 1994).

É com o abandono precoce e a saída desqualificada sem competências profissionais que a escola deve-se preocupar, elaborando em conjunto projetos de intervenção com o objetivo de reduzir ou mesmo eliminar esta problemática. O ensino também deve tentar interessar o aluno de forma a melhor os orientar para o futuro profissional de acordo com as suas competências (CE, 2011).

Com este capítulo pretende-se compreender de que forma a estrutura e interação familiar influencia os alunos a quererem abandonar a escolaridade. Visa também perceber de que modo é que os estabelecimentos de educação e as comissões de proteção através dos seus técnicos, como os assistentes sociais, acompanham e intervêm nestes casos .

1. Interferência da Estrutura Familiar no Abandono e/ou Absentismo Escolar

A família é a primeira escola do indivíduo. Falhando a família, o indivíduo falha na escola (Silva et al., 2006).

As características da família são indispensáveis para a compreensão das decisões e atitudes dos jovens, em relação à escola e em relação ao mercado de trabalho. O meio familiar influencia e pode determinar uma situação de abandono precoce do sistema de ensino (Almeida & Ramos, 1992). As características familiares que mais influenciam o percurso escolar dos jovens são a escolaridade dos familiares mais próximos e o tipo de profissões e ocupações que estes desempenham. Estes pontos podem condicionar o estilo de vida de um grupo familiar e, conseqüentemente, manipular o estilo de vida dos jovens (Diogo, 1998).

As baixas habilitações académicas dos progenitores correspondem, de certo modo, às profissões que desempenham. As profissões que predominam nesta população adulta encerram-se, na maioria das vezes, num conjunto de atividades que não necessitam de habilitações muito elevadas (Guerreiro, 1998).

O problema reside no facto de nem as crianças nem os adolescentes dispõem de autonomia e da informação indispensáveis para uma opção consciente e racional, nem mesmo as próprias famílias, pela sua condição social e cultural, poderem concretizar uma escolha livre em condições de acesso não equitativas (Sarmiento, 2009). O problema das crianças é parcialmente superado pela responsabilização (Idem).

É importante que a escola conheça e valorize os saberes familiares como forma de facilitar não só a integração no contexto escolar mas também de a própria escola se integrar na comunidade que a rodeia (Almeida & Ramos, 1992).

O insucesso, absentismo e mesmo o abandono escolar, estão profundamente relacionados com a desestruturação familiar. Segundo Coutinho, secretário-geral do Instituto

de Apoio à Criança (IAC) e coordenador da SOS Criança, “a família é a primeira escola do indivíduo”, onde se pode concluir que “falhando a família, o indivíduo falha depois, na escola” (Silva et al., 2006).

Para Amado e Freire (2002), o comportamento perturbado dos alunos pode ser sintoma de problemas relacionados com a dinâmica afetiva no seio do agregado familiar e de desarticulação entre os objetivos e valores da escola e família.

Existem então fatores familiares considerados de risco fortemente associados ao desempenho escolar e ao comportamento antissocial da criança e do jovem (Amado & Freire, 2002).

Em relação ao meio familiar, é inquestionável a influência que as características deste têm sobre os modos de vida dos jovens e sobre as decisões que estes tomam (Sousa et al., 2007). A escolaridade dos progenitores está intimamente relacionada com a escolaridade dos seus descendentes, havendo uma relação positiva entre a escolaridade, sobretudo, da mãe e a escolaridade dos filhos (Canavarro, 2007). As características económicas das famílias também condicionam a frequência escolar dos filhos, assim como as atividades desenvolvidas pelos pais (Silva et al., 2006). A componente económica pode ter intervenção direta no prosseguimento dos estudos, uma vez que existem, apesar do ensino ser, por lei, gratuito, despesas escolares que os pais não podem evitar, nem suportar. Essas ‘pequenas’ despesas podem ser inoportáveis para um grande número de famílias (Almeida & Ramos, 1992).

Quando há uma maior estabilidade profissional dos pais ou até a presença de um elemento da família que detenha uma posição social mais favorável, é muito provável que haja uma maior integração da escola (Arroteia, 2008).

Tem sido atribuída uma incalculável importância à relação entre a família e os estabelecimentos de educação, ensino e formação que se relaciona com a necessidade de uma maior participação de ambos e com as alterações que o sistema de ensino tem sofrido, tais como: o alargamento da escolaridade obrigatória, as reestruturações nos métodos e conteúdos e as características sociais dos professores.

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

Benavente et al. (1994) identificou quatro diferentes modos de relacionamento das famílias com as escolas e as expectativas criadas por estas:

Tabela 1 – Modos de relacionamento das famílias com os estabelecimentos de educação, ensino e formação. (Adaptado de Benavente et al., 1994, p. 89)

Delegação Assumida	– Revelam confiança generalizada na escola e seus profissionais e desinteresse em procurar informação sobre o que acontece na escola.
Colaboração Potencial	– Estão informados do que se passa na escola e estabelecem frequentes contactos com os professores. – Manifestam uma atitude positiva face às mudanças ocorridas na escola, de modo que desenvolvem a personalidade do aluno.
Aliança Condicional	– Estão bem informados do que acontece na escola e participam ativamente nas reuniões de pais mas gostariam de ser mais influentes.
Aceitação Distanciada	– Não sentem necessidade de estabelecer ligação com os professores apesar de reconhecerem na escola a sua importância e necessidade. – Não interferem no funcionamento da escola e revelam descontentamento face às mudanças que o sistema de ensino tem sofrido.

Os pais são, uma das mais importantes fontes de socialização e de educação, a responsabilidade de proporcionar um harmonioso e integral desenvolvimento físico, intelectual, social e moral à criança (Melo, 2008). Na opinião de Amado (2001), os pais tornam-se nos primeiros modelos sociais dos filhos e é com eles que primeiramente se identificam e fazem comparações. É desta forma que a família adquire um papel fundamental

na educação das crianças, adolescentes e jovens bem como na sua formação enquanto indivíduos (Idem).

Silva (2003) afirma que nos meios socioeconómicos mais desfavorecidos os pais tendem a valorizar pouco a escola e a não acompanhar os filhos por não possuírem habilitações académicas suficientes e que um número considerável não sabe ler ou escrever. De um modo geral, as baixas expectativas parentais estão associadas ao abandono escolar e verifica-se uma forte associação entre o nível de participação parental e as realizações académicas dos filhos (Diogo, 1998).

Alarcão (2002) relaciona o fenómeno de abandono escolar a famílias dependentes de subsídios sociais, onde o emprego é precário, o que não acontece com os jovens provenientes de famílias profissionalmente estáveis. Em suma, as baixas expectativas parentais e a supervisão insuficiente ou inadequada são variáveis fortemente associadas ao abandono escolar, enquanto que o ambiente e a qualidade do apoio familiar ao estudante condicionam, quer pela positiva, quer pela negativa, o seu sucesso académico (Idem).

2. Estabelecimentos de Educação, Ensino e Formação

«O principal objetivo da educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que as outras gerações fizeram»

(Jean Piaget)

A escola permanece uma instituição insubstituível e indispensável na promoção da igualdade entre todos os indivíduos (Costa,1998).

A par da família, a escola é um espaço fundamental para a socialização da criança e para o seu desenvolvimento físico, psíquico e mental (Canavarro, 2003). É uma instituição complementar à família, uma vez que têm funções distintas: à primeira cabe a transmissão dos valores da ciência e à segunda, os da cidadania. A escola é de igual forma, uma instituição privilegiada na prevenção primária e na deteção precoce das situações indicadoras de vivências em risco (Costa, 1998).

Para Montenegro (2003), a escola é indispensável na educação e formação da criança, no seu desenvolvimento intelectual, emocional, moral e social, mas também no seu processo de socialização. Serve para adequar os elementos de uma sociedade a um conjunto de conhecimentos, saberes e competências que socialmente são necessários.

A escola constitui e constitui-se como um valor social, e foi criada como tal, para responder a um ideal de igualdade: garantir a todos o direito de aprender, responder à pressão do desenvolvimento e constituir um elemento importante e necessário da capacidade de as sociedades se desenvolverem (Roldão, 2004).

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

Os profissionais da educação, enquanto pessoas de referência para as crianças e conhecedores das características das várias etapas do seu desenvolvimento, podem ser excelentes observadores para a deteção de eventuais comportamentos ou atitudes que possam indiciar situações de perigo (Montano et al., 2011).

A caracterização dos jovens que abandonam a Escola é imprescindível para se identificar, atempadamente, o aluno em risco de abandono. Identificar o ‘aluno em risco’ permite que se possa agir sobre ele a fim de evitar a situação real de abandono, e conseguir que ele regresse à Escola (Ainscow et al. 1997).

Para Guerreiro (1998), a decisão de se continuar ou não no sistema de ensino depende de uma sinalização; de uma avaliação antecipada, baseada em balanços que os jovens e as suas famílias fazem com base nos custos, riscos e vantagens. Estes balanços dependem da situação escolar em que o jovem se encontra e da forma como se avalia o seu interesse em continuar ou não no sistema escolar, assim como dos riscos que terá de assumir futuramente (Ferrão & Neves, 1992). Esta decisão é influenciada pela postura social da família. A família exerce uma grande influência na decisão dos seus filhos relativamente à progressão dos estudos (Diogo, 1998). As precárias condições socioeconómicas em que muitas famílias vivem, conduzem muitos jovens a ingressar prematuramente no mercado de trabalho (Janoz & Blanc, 1999).

Para uns, a escola poderá ser ainda o meio que conferirá um futuro promissor, assente na formação académica, para outros, os números do desemprego confirmam que a obtenção de um diploma já não é garantia de sucesso na obtenção de uma carreira profissional (Revista Portuguesa de Pedagogia, 2013). É através desta perspetiva que muitos jovens, na procura de uma independência económica precoce, decidem interromper os seus percursos escolares (Guerreiro et al, 2009).

Não se pode ignorar que a pressão que os pais exercem sobre os filhos para que estes entrem no mercado de trabalho tem origem no próprio mercado de trabalho que pressiona o jovem e pressiona os pais (Sarmiento et al., 2009). Ao jovem apresenta vantagens imediatas de se inserir na vida ativa como ter um emprego e ser independente financeiramente mas encobre as desvantagens, sentindo-se apenas no futuro. Aos pais, persuade-os de que um investimento

a curto prazo representa maior lucro do que um investimento a longo prazo (Ferrão et al., 2000).

Em relação ao meio familiar, as principais razões para Silva et al. (2006) como estando na base do abandono escolar precoce são: a falta de apoio familiar e a desvalorização dos estudos.

A escola é considerada por muitos, uma instituição capaz de corrigir desigualdades sociais e a ausência de controlo familiar (Canário, 2001). Esta função da escola nem sempre é exercida e o mau funcionamento escolar tem consequências na aprendizagem e integração social por parte das crianças e dos jovens, o que muitas vezes os conduz à prática de comportamentos desajustados (Duarte, 2000).

Sendo a instituição escolar, o espaço onde as crianças passam a maioria do seu tempo, é fundamental que ela funcione como objeto de vinculação, capaz de proporcionar as mesmas oportunidades de sucesso a todos os alunos. É dever da escola garantir o acesso à educação, conseguir adaptar-se às necessidades dos diferentes alunos que a frequentam e das diferentes culturas que os integram (Torrego, 2000). E, acima de tudo, criar situações e desempenhar práticas educativas que objetivem a valorização de todas as crianças e jovens (Silva et al., 2006). Compete à escola integrar a grande diversidade social e cultural da sua população escolar, aprender a gerir e rentabilizar essa diversidade, eleger a inovação como o seu papel essencial e assegurar desta forma a inclusão de todos, objetivando o acesso à educação formal, mas também o de construir um futuro onde não haja lugar para a exclusão e para a discriminação (Almeida & Ramos, 1992).

Cabe aos profissionais dos estabelecimentos de educação e ensino, a necessidade de estratégias e programas para enfrentar as dificuldades que afetam o meio educativo e ajudar à integração e inclusão destas crianças e das suas famílias (Montano et al., 2011).

A universalização do sistema de ensino e o aumento dos níveis de escolaridade obrigatória tem contribuído para democratizar o acesso à escola, aos saberes e às oportunidades de vida que permitam uma mobilidade social ascendente e uma integração social completa. (ME, 2009).

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

O alargamento da escolaridade obrigatória constitui um dever do Estado que tem de ser harmonizado com o dever da frequência da escolaridade que recai sobre os alunos (Justino, 2010). Resulta num conjunto de deveres recíprocos do Estado, da escola, do aluno e da respetiva família (PNPAE, 2004). A responsabilização dos alunos e das famílias, através dos pais e encarregados de educação, constitui igualmente um aspeto fundamental neste novo regime que se estabelece (Melo, 2008). Cada um destes elementos tem a sua contribuição específica: as famílias devem trabalhar em estreita colaboração e devem comprometer-se com o trabalho quotidiano dos seus educandos nas escolas; as escolas e os professores devem esforçar-se para construir um ensino exigente adaptado às circunstâncias escolares e devem ser adotadas medidas que promovam e facilitem à comunidade escolar o cumprimento de todas as suas funções (DL 176/2012).

O Decreto-lei (DL) n.º 85/2009 veio estabelecer o alargamento da idade de cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos e, o DL n.º 51/2012 obriga à frequência da escolaridade obrigatória. Para além disso, os alunos e os pais ou encarregados de educação dos alunos menores de idade são responsáveis, juntamente com estes, pelo cumprimento dos deveres de assiduidade e pontualidade.

O dever de assiduidade e pontualidade implica para o aluno a presença e a pontualidade na sala de aula, bem como empenho e comportamento adequado. O controlo da assiduidade dos alunos é obrigatório (art. 13). As faltas são registadas pelo professor titular de turma ou pelo diretor de turma (Castro, 2008).

O diretor de turma é o professor que acompanha, apoia e coordena os processos de aprendizagem, de orientação e de comunicação entre professores, alunos e pais. Passa por ele a tarefa de estabelecer o elo de comunicação entre os diferentes intervenientes implicados na relação educativa: aluno, turma, professores, pais, órgãos da escola e comunidade envolvente (Castro, 2008). Assim, este professor, tem obrigatoriamente que ter presentes três aspetos: possuir o conhecimento das leis que regulam o sistema educacional, regular o nível de intervenção junto da família do aluno e mediar as relações que se interpõem diariamente na própria escola (Idem). No desenvolvimento do seu trabalho, o Diretor de Turma depara-se com obstáculos como o sucesso educativo de um aluno e a difícil relação entre a escola, meio

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

social e familiar. A sua permanência na escola, passa muitas vezes pela capacidade de gestão desses obstáculos e pela forma como os soluciona pois as famílias vêm a ajuda oferecida pela instituição escolar como uma intromissão, rejeitando a participação da escola nos seus problemas (Grave – Resendes & Soares, 2002).

3. Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ),

“São instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integra

(...) Exercem as suas atribuições em conformidade com a lei e deliberam com imparcialidade e independência” (DL 147/99, art. 12º).

As autoridades administrativas e entidades policiais têm o dever de colaborar com as comissões de proteção no exercício das suas atribuições (DL 147/99, art. 13º).

Compete à comissão, o atendimento às pessoas que se dirigem à mesma, ouvindo - as e informando-as; a apreciação liminar das situações que a mesma toma conhecimento; ao procedimento da instrução dos processos e à decisão da aplicação, do acompanhamento e da avaliação das medidas de promoção e proteção (CNPCJR, 2006).

São constituídas por equipas interdisciplinares (assistentes sociais, professores, psicólogos, sociólogos, advogados, ...) de modo a que os técnicos estejam preparados para enfrentar uma variedade de situações (Montano et al., 2011).

A estas entidades compete desenvolver ações de prevenção de situações de perigo e intervir nestas situações. Segundo a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (DL 147/99, art. 3º), considera-se em perigo a criança ou jovem que i) está abandonada ou vive entregue a si própria; ii) sofre de maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; iii) não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; iv) é obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

situação pessoal ou prejudiciais à sua formação e desenvolvimento; v) está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional e, vi) assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que coloquem a sua saúde, formação, educação ou desenvolvimento em perigo, sem que os pais, ou representante legal se lhes oponha de modo adequado a remover essa situação (Montano et al, 2011).

A intervenção por parte das comissões depende da possibilidade de atuação das entidades com aptidão na área da infância e da juventude de afastarem o risco em que se encontram as crianças e os jovens; do consentimento expresso dos pais ou representantes legais e da não oposição da criança ou jovem com idade igual ou superior a 12 anos (CNPJCJR, 2006).

Em cada Comissão de Proteção é garantida a presença de um professor do agrupamento de escolas do respetivo concelho, enquanto representante do ministério da educação, que serve de ligação às escolas e que estabelece um protocolo entre os Ministérios do Trabalho e Solidariedade Social e da Educação. Este deverá agir enquanto mediador e elemento de referência da família e da criança, para participar no diagnóstico global da situação e na escolha das medidas consideradas indispensáveis e reparadoras face às limitações da família e que devam ser decididas nas comissões de proteção a crianças e jovens (Montano et al., 2011).

Para comissões com mais de 150 processos, para além do professor designado representante do ministério da educação, será nomeado um outro com as funções de professor-tutor com a mesma disponibilidade de tempo. A este professor-tutor, caberá: i) proceder ao diagnóstico das causas de situações de absentismo, abandono e insucesso escolar; ii) colaborar, em articulação com as escolas na conceção e execução de projetos de prevenção primária, absentismo, abandono e insucesso escolar; iii) articular com as escolas onde se identifiquem casos ou tipologias de casos sinalizados à CPCJ, para a elaboração de planos de intervenção específicos e posterior acompanhamento e prevenção dos mesmos; iv) o professor-tutor deverá ainda criar e acompanhar a aplicação de um *Guião para a Sinalização e Caracterização de Situações de Crianças em Perigo em Contexto Escolar* (anexo I), bem

como vi) acompanhar de forma individualizada as crianças ou jovens com maiores dificuldades de integração na comunidade educativa (Montano et al., 2011).

Os relatórios anuais de avaliação das comissões de proteção, têm evidenciado a escola como uma das principais instituições sinalizadoras de crianças e jovens em risco, constituindo o insucesso, o absentismo, e o abandono escolar uma problemática dominante nos processos acompanhados nas referidas comissões (CNPCJR, 2006).

É fundamental que as comissões de proteção em articulação direta com as instituições de ensino, aprofundem o diagnóstico das causas do absentismo, do abandono e do insucesso escolar e, definam e dinamizem estratégias de intervenção (Jimenez, 1994).

A atenção dos técnicos incide sobre crianças sinalizadas como estando em risco, o que permite uma intervenção imediata caso o professor dê pela ausência do aluno. A preocupação em encontrar uma explicação por trás de cada atitude do aluno, de cada comportamento é o que caracteriza toda a postura dos técnicos (Ramião, 2006). Se a mera concretização de um direito remete para o indivíduo e para a sua família a opção de o exercer na sua plenitude, já a observação do correspondente dever, remete para o Estado a responsabilidade de fazer respeitar a lei e de prevenir, dissuadir e sancionar o seu não cumprimento (Sarmiento, 2009).

As comissões de proteção são acompanhadas, apoiadas e avaliadas pela Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco (DL 147/99, art. 30º).

4. Assistente Social

A educação é uma necessidade inerente à condição humana e é pertinente que o Serviço Social intervenha de forma a colmatar as lacunas existentes atendendo às especificidades de cada aluno (Sousa et al., 2007).

Cabe a este técnico trabalhar com os jovens, proporcionando-lhes bem-estar a todos os níveis, trabalhar o combate ao abandono escolar pois deixar de se investir na qualificação profissional poderá acarretar problemas graves no futuro dos jovens. O papel do Assistente Social é entender porque é que alguns jovens fraquejam em relação ao seu futuro profissional, abandonando a escola precocemente (Branco, 2009).

No contexto educativo, a criança está integrada em três subsistemas: a escola, o grupo de pares e a família. Em cada um deles é estabelecida uma série de relações que mantêm os diferentes sistemas entre si determinando o papel que desempenha na escola e em casa (Revista Portuguesa de Pedagogia, 2013). A intervenção profissional tem como objetivo favorecer o desenvolvimento integral do aluno incidindo nos diferentes contextos em que se desenvolve. A Federação Internacional de Assistentes Sociais (The International Federation of Social Workers - IFSW) afirma que o meio escolar é o primeiro em que se podem detetar problemas familiares e sociais. Considera que a instituição escolar funciona como um pilar de prevenção, já que nela se podem detetar possíveis anomalias precocemente e que facilitaria uma intervenção antecipada de modo a interceder, na medida do possível, a situação que está influenciando negativamente (IFSW, S/D).

Poderia definir-se o serviço social escolar como a ajuda técnica que favorece a relação e fortalecimento entre o meio escolar, familiar e comunitário e é fulcral que o Técnico de Serviço Social identifique os casos de desajuste social e escolar, integre a família – escola, e adapte a família aos valores da escola (Melo, 2008).

A atuação do Assistente Social tem que ser sempre voltada para o aluno, para o seu bem-estar, e para a sua família. Compreende a escola, a família e a comunidade como

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

elementos dependentes e sociáveis. O papel deste técnico é de contribuir na prevenção de conflitos. Tem que ser, acima de tudo, um mediador de conflitos (Alzate, 1997).

Ao *assistente social* no âmbito da educação compete-lhe funções, como (DL 184/2004, Art. 58º Anexo III):

- a) Colaborar com os órgãos de administração e gestão da escola no âmbito dos apoios socioeducativos;
- b) Promover as ações comunitárias destinadas a prevenir a fuga à escolaridade obrigatória, ao abandono precoce e ao absentismo sistemático;
- c) Desenvolver ações de informação e sensibilização dos pais, encarregados de educação e da comunidade em geral, relativamente às condicionantes socioeconómicas e culturais do desenvolvimento e da aprendizagem;
- d) Apoiar os alunos no processo de desenvolvimento pessoal;
- e) Colaborar, na área da sua especialidade, com professores, pais ou encarregados de educação e outros agentes educativos na perspetiva do aconselhamento psicossocial;
- f) Colaborar em ações de formação, participar em experiências pedagógicas e realizar investigação na área da sua especialidade;
- g) Propor a articulação da sua atividade com as autarquias e outros serviços especializados, em particular nas áreas da saúde e segurança social, contribuindo para o correto diagnóstico e avaliação sócio-médico-educativa dos alunos com necessidades especiais, e participar no planeamento das medidas de intervenção mais adequadas.

4.1. Papel do Assistente Social nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

As funções do Assistente Social, junto de crianças e jovens em perigo, baseiam-se fundamentalmente na assessoria técnica, na elaboração de relatórios sociais de diagnóstico, prognóstico e avaliação do acompanhamento de menores em risco e das respetivas famílias (Branco, 2009).

Na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens compete, mais especificamente, ao Assistente Social: promover o apoio psicossocial e acompanhamento social do menor e da sua família; mediar o relacionamento na família e desta com instituições e a sociedade local; promover o apoio domiciliário favorecendo a permanência do menor na família e no seu contexto social; preparar o menor quando estiver em causa a sua retirada da família; preparar o menor para a realização de exames médicos ou para audiência em tribunal; elaborar relatórios sociais com vista à definição do projeto de vida do menor e da sua família e para os órgãos criminais; colaborar nos programas de intervenção dos maus tratos (Branco, 2009). Após a avaliação, o assistente social elabora um plano de intervenção que deve ir ao encontro das necessidades tendo em consideração a participação da família e da criança sempre que for possível. O principal objetivo deste plano é fazer cessar a situação de perigo (Magalhães, 2005).

5. Processo de Prevenção e Intervenção

“A intervenção para a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em risco tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda, ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo” (DL 147/99, art. 3º).

A intervenção para a promoção dos direitos e proteção da criança e jovem em perigo baseia-se em princípios como (DL 147/99, art. 4º):

- a) *Interesse superior da criança e do jovem* — a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto;
- b) *Privacidade* — a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada;
- c) *Intervenção precoce* — a intervenção deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida, de forma a garantir uma intervenção atempada para colmatar o perigo em que a criança se encontra;
- d) *Intervenção mínima* — a intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do jovem em perigo;
- e) *Proporcionalidade e atualidade* — a intervenção deve ser a necessária e a adequada à situação de perigo em que a criança ou o jovem se encontram no momento em que a decisão é tomada e só pode interferir na sua vida e na da sua família na medida do que for estritamente necessário a essa finalidade;
- f) *Responsabilidade parental*—a intervenção deve ser efetuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o jovem;

- g) *Prevalência da família* — na promoção de direitos e na proteção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem na sua família ou que promovam a sua adoção;
- h) *Obrigatoriedade da informação* — a criança e o jovem, os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a sua guarda de facto têm direito a ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa;
- i) *Audição obrigatória e participação* — a criança e o jovem, em separado ou na companhia dos pais ou de pessoa por si escolhida, bem como os pais, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção;
- j) *Subsidiariedade* — a intervenção deve ser efetuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria da infância e juventude, pelas comissões de proteção de crianças e jovens e, em última instância, pelos tribunais.

Uma participação com responsabilidade das famílias no processo educativo dos seus educandos é essencial para a prevenção de situações de abandono escolar. No entanto, a realidade mostra que muitos pais estão afastados deste processo de colaboração, exigindo ao professor e à escola responsabilidades na educação dos seus filhos (Amado, 2001).

Quando os alunos são menores de idade é da responsabilidade dos pais ou do encarregado de educação acompanhar a vida escolar do seu educando, e responsabilizar-se pelos deveres dos seus educandos, em particular quanto a (DL 51/2012, art 43º):

- Matrícula;
- Frequência;
- Assiduidade;
- Pontualidade e disciplina;
- Não comparência na escola sempre que os seus educandos atinjam metade do limite de faltas injustificadas;
- Incumprimento das medidas de recuperação definidas pela escola.

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

Perante o incumprimento dos pontos acima referidos, a escola é obrigada a comunicar com as entidades referidas, que podem determinar a frequência em sessões de capacitação parental ou, no caso de se tratar de famílias beneficiárias de apoios sociofamiliares, serem reavaliados os apoios relacionados com a frequência escolar (DL 51/2012, art 44º).

Por parte dos **Estabelecimentos de Educação, Ensino e Formação**, quando for atingido metade do limite de faltas injustificadas previstas na lei, os pais ou encarregados de educação, ou ao aluno quando maior de idade são chamados à escola pelo diretor de turma ou pelo professor titular de turma os para os informar e alertar para as consequências da violação do limite de faltas e procurar encontrar uma solução que permita garantir o cumprimento do dever de assiduidade (DL 51/2012, art. 17º).

A escola pode adotar medidas obrigando estes alunos ao cumprimento de atividades que permitam recuperar atrasos na aprendizagem e a integração escolar e comunitária do aluno. No entanto, apesar de serem medidas que comprometam o regresso à escola ou à integração num curso alternativo ao ensino regular, as medidas preventivas nem sempre são suficientes pois são múltiplos os factores que reforçam a vontade do aluno abandonar a escola (Amado, 2001).

Estas entidades que têm competência em matéria de infância e juventude deveriam esgotar todas as possibilidades de intervenção antes de efetuarem a sinalização dos casos às comissões. Muitas vezes isso não acontece porque há dificuldades em distinguir o que compete a cada entidade. Há entidades que sinalizam de imediato para as comissões, contribuindo para o excesso de volume processual, enquanto outras procedem, segundo o princípio da subsidiariedade, intervindo em primeira linha (Montano et al., 2011).

O incumprimento das medidas adotadas pelas escolas, a sua ineficácia ou impossibilidade de atuação e sempre que a gravidade da situação o justifique, é contactada a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), ou o Ministério Público (MP) caso a comissão seja inexistente (Montano et al., 2011). Estes organismos devem ser informados do excesso de faltas do aluno, assim como das medidas e diligências adotadas, procurando, com a colaboração da escola e, sempre que possível, com a autorização e corresponsabilização dos

pais ou encarregados de educação, uma solução adequada ao processo formativo do aluno para ultrapassar a sua falta de assiduidade. É reflectida, de imediato, a possibilidade de encaminhamento do aluno para um percurso formativo diferente (DL 51/2012, arts. 18º e 21º).

Recebida a comunicação da situação, ou depois de proceder a diligências que a confirmem, a **Comissão de Protecção de Crianças e Jovens** deve contactar o aluno e os pais ou encarregados de educação, informando-os da situação e ouvindo-os. Esta instituição deve também informar de como se processa a sua intervenção, das medidas que pode tomar, do direito de não autorizarem a intervenção, das suas possíveis consequências e do seu direito a fazerem-se acompanhar de advogado (DL 147/99, art. 94º). As crianças/ jovens e as suas famílias são informadas dos seus direitos, motivos que determinaram a intervenção e a forma como se processa. Os pais têm o direito a emitir a sua opinião sobre a situação, bem como fazer chegar a quem tem a responsabilidade de definir a medida, os elementos que achem necessários para a tomada de decisão. É-lhes garantida que nenhuma decisão relativa à criança seja tomada sem que a própria ou aqueles a quem compete zelar pelos seus interesses tenham a possibilidade de exercer os seus direitos (Montano, S.D.).

Quando um caso é assinalado, num primeiro momento, os técnicos elaboraram um diagnóstico dos problemas vividos pela família, com a ajuda desta e de alguns elementos que a constituem. Perante o diagnóstico, os profissionais definem objectivos e estratégias. Estas estratégias, como se baseiam em políticas sociais, nem sempre estão de acordo com as competências das famílias. O diagnóstico, tal como a intervenção foca os problemas individuais dos elementos da família (Sousa et al., 2007).

O processo de diagnóstico é sempre mais rico de acordo com o parecer das famílias sobre os seus problemas, objetivos e a sua opinião sobre que estratégias ser mais eficazes. O diagnóstico pressupõe que sem a eliminação das causas, os problemas não serão resolvidos e culmina com a identificação dos problemas da família subjacentes ao sinalizado (Sousa et al., 2007).

O pedido de **consentimento** aos pais ou a quem detenha a guarda do menor é um dos procedimentos obrigatórios para que as CPCJ possam actuar junto das famílias, assim como

ao menor caso tenha doze ou mais anos. Não havendo consentimento, a comissão abstém-se de intervir e comunica a situação ao Ministério Público competente, remetendo-lhe o processo ou os elementos que considere relevantes para a apreciação da situação (DL 147/99, art. 95º).

Quando isto ocorre, o procedimento de obtenção de consentimento pode ser muito moroso. Esta situação, além de causar atrasos nos processos das comissões, pode ser geradora do agravamento das situações de perigo/risco em que se encontram as crianças e jovens. O superior interesse da criança pode ficar assim afastado para segundo plano, quando esta está em situação de vulnerabilidade, até se conseguir obter o consentimento dos progenitores (Sousa et al., 2007).

Para poderem intervir junto da família deve ser criada uma relação de confiança entre o técnico e o beneficiário de modo a estabelecer o envolvimento da família no processo e, posteriormente, para manter o compromisso da intervenção. Esta relação deve ser criada logo na fase inicial da intervenção e constitui uma pré-condição para a aprendizagem e a mudança.

Para os profissionais, a mudança é introduzida prescrevendo comportamentos, atitudes e relações que serão a solução para os problemas da família ou do indivíduo, desde que cumpram as suas indicações (Sousa e Eusébio, 2005 cit in Sousa et al., 2007). O objetivo é que as famílias aprendam a tomar o controlo e responsabilidade das suas vidas (Sousa et al., 2007).

Os trabalhos de Caplan (1964, cit in Montano et al., 2011) foram determinantes para a expansão das intervenções preventivas, com contributos significativos em termos de modelos conceptuais. Este modelo prevê três níveis de prevenção:

- Primária;
- Secundária;
- Terciária.

A *prevenção primária* determina a redução do aparecimento de determinados problemas numa população, durante um certo período de tempo, no sentido de prevenir a sua emergência, atuando nos contextos em que podem ocorrer.

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

A *prevenção secundária* assenta na redução da taxa de prevalência de um determinado problema, em contextos populacionais específicos com características de risco.

A *prevenção terciária* é perspectivada como sendo a redução da taxa efetiva dos impactos de uma problemática e das suas consequências em termos de desadaptação.

No âmbito da *prevenção primária* intervêm os Estabelecimentos de Educação, Ensino e Formação enquanto entidades com competência em matéria de infância e juventude, assim como a CPCJ, em articulação com a Rede Social. Os seus profissionais devem estabelecer articulações que permitam, em conjunto, proceder à análise da realidade concelhia relativa ao perigo, assim como conceber, implementar, executar e avaliar possíveis programas de prevenção dirigidos às problemáticas mais incidentes a nível local (Montano et al., 2011). Será de considerar, no âmbito da prevenção primária, a responsabilidade do Diretor dos EEEF, ou do profissional a quem ele delegar responsabilidades na proteção à infância. No contexto de cada EEEF as ações de prevenção primária podem ser executadas por qualquer profissional em função do que esteja definido pelo respetivo projeto educativo (Montano et al., 2011).

Ao nível concelhio, o professor-tutor facilita a articulação entre os EEEF e a CPCJ. Ao nível da CPCJ, o representante da educação, tem também responsabilidades na articulação dos esforços de todos no âmbito da prevenção primária de todos os tipos de perigos (Montano et al., 2011).



Figura 1 – Prevenção primária: Articulação entre as EEEF, outras ECMI e a CPCJ
(Adaptado de Caplan, cit in Montano et al., 2011, p.110).

Ao nível da *prevenção secundária e terciária*, devem ser consideradas tanto as situações intervencionadas pelos EEEF com ou sem a colaboração de outras entidades com competência em matéria de infância e juventude (ECMIJ), as que são sinalizadas para as CPCJ, assim como as que são objeto da intervenção dos tribunais (Montano et al., 2011).

No caso das situações de risco e perigo que são objeto de intervenção dos EEEF em colaboração ou não com outras ECMIJ, deve considerar-se a articulação entre o diretor e profissionais designados pelas outras ECMIJ, constituindo-se o Professor- Tutor como elemento facilitador deste processo (Montano et al., 2011).



Figura 2 - Prevenção Secundária e Terciária: Articulação do EEEF com outras ECMIJ ao nível da intervenção de 1ª linha (Adaptado de Caplan, cit in Montano et al., 2011, p.111).

No que respeita à *Prevenção Terciária* considera-se duas situações distintas no que diz respeito à articulação entre os profissionais dos EEEF com as CPCJ e entre eles e os tribunais (Montano et al., 2011).

É importante referir que no âmbito da intervenção da CPCJ cabe a esta orientar todas as ações a desenvolver para promover a proteção da criança. É de considerar a articulação desejável entre os EEEF e a CPCJ. Neste caso, os profissionais que preferencialmente devem articular a sua intervenção serão o diretor do EEEF e o representante da educação da CPCJ. Esta articulação pode envolver partilha da informação da CPCJ para o EEEF, podendo envolver igualmente partilha de informação do EEEF para a CPCJ que deve ser toda a disponível no contexto educativo que tenha a ver com a situação de proteção. Dentro de cada EEEF o diretor promoverá a partilha mais adequada da informação entre si e o diretor de turma ou por outros profissionais implicados no acompanhamento da criança (Montano et al., 2011).

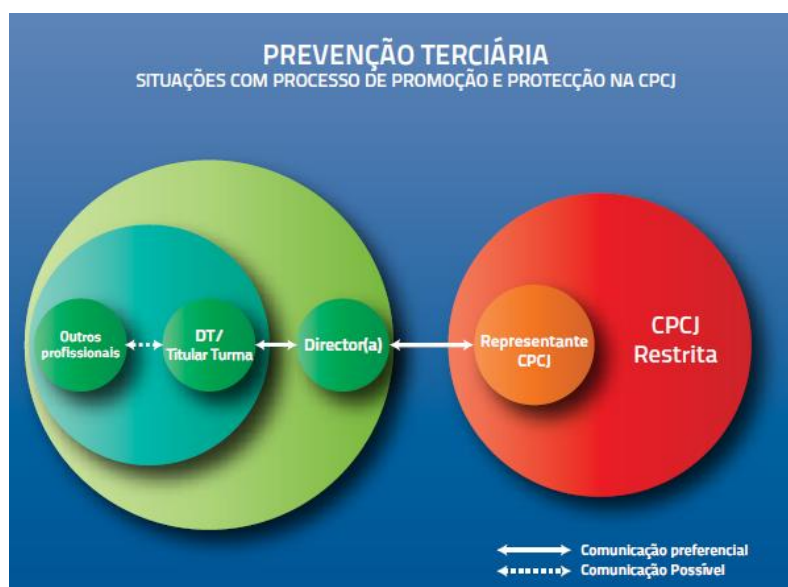


Figura 3 – Prevenção terciária: articulação entre o EEEF e a CPCJ (Adaptado de Caplan, cit in Montano et al., 2011, p.112).

Uma situação relativamente semelhante se regista na articulação entre o EEEF e o Tribunal. Nestes casos cabe ao Tribunal definir as ações a desenvolver pelas entidades que ele designa para procederem ao acompanhamento da situação de perigo. Os profissionais envolvidos nesta articulação são, do lado do EEEF, o diretor, a quem cabe promover as ações que cabem à entidade à qual pertence, assim como partilhar com o Tribunal toda a informação disponível no estabelecimento que seja relevante para a proteção da criança (Montano et al., 2011).

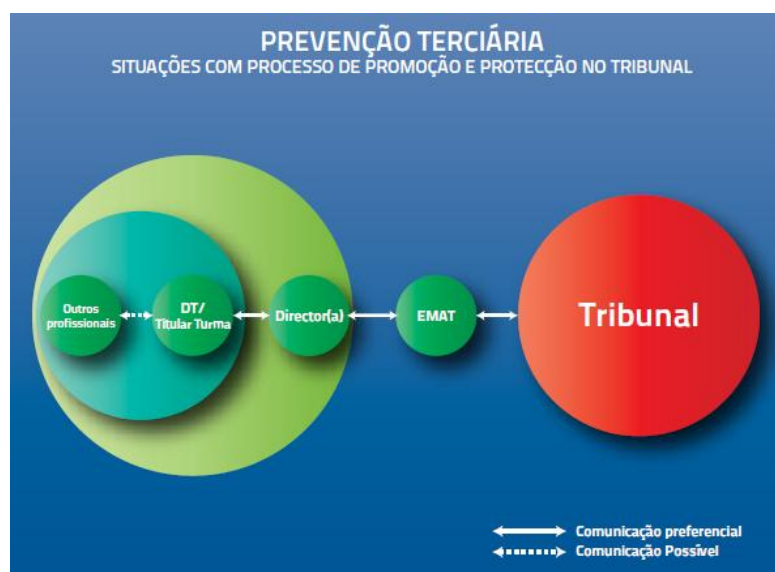


Figura 4 - Prevenção terciária: Articulação entre os tribunais e as escolas (Adaptado de Caplan, cit in Montano et al., 2011, p.112).

As Equipas Multidisciplinares de Apoio aos Tribunais (EMATS) constituem-se como interlocutoras entre estes e todas as entidades que, por força dos processos de promoção e proteção com eles se relacionam (Montano et al., 2011).

Muitas vezes os técnicos sentem que já fizeram de tudo pelas famílias, faltando-lhes alternativa de respostas e encaram os agregados como conformados com a sua vida ou, então, consideram que se contentam com pouco. Esta perceção pode ser um obstáculo a uma intervenção mais eficaz e ambiciosa: por um lado, sentem-se incapazes de fazer mais pelas famílias, por outro, não sentem que seja realmente importante para as famílias (Sousa et al., 2007). De facto alguns técnicos deixam de acreditar nas suas capacidades e nas das famílias, sentem que não vale a pena traçar objetivos pois não os conseguem alcançar, ficando frustrados ou não acreditando nas competências da família (Idem). Esta descrença pode criar desconfiança no sistema de intervenção pois a família pode sentir que os técnicos não confiam nas suas capacidades, criando conflitos ou apatia. A família passa a desacreditar nas suas capacidades e torna-se dependente dos profissionais. Estes conflitos surgem quando a família sente que os técnicos não estão preocupados com os seus problemas (Sousa et al., 2007).

Síntese

As escolas são entidades muito importantes na sinalização de alguns problemas, nomeadamente em casos de abandono escolar precoce. Assim, atingindo determinado número de faltas e uma vez que as crianças e jovens estão ainda integrados na escolaridade obrigatória, são chamados os encarregados de educação a fim de alterar a situação (Montano et al., 2011). Quando, por diversos motivos, a situação não se reverte, são elaborados relatórios necessários para que, tanto no início, como no final do processo, a CPCJ esteja em posse das informações precisas para avaliar e deliberar sobre o mesmo (Idem).

Este processo inicia-se, na comissão com o recebimento da comunicação dos factos que esta tiver conhecimento. Este processo passa pelas fases de recolha de informação, diligências, fundamentação da decisão, aplicação da respetiva medida e sua execução (DL 147/99, art. 97º).

A intervenção terá de ser orientada no sentido da responsabilização dos pais em assumirem os seus deveres, é efetuada de modo consensual com os pais e depende do consentimento expresso destes. Depende também da não oposição da criança ou jovem com idade igual ou superior a doze anos (DL 147/99, arts. 7º, 9º e 10º).

É complicado, muitas vezes, principalmente para os profissionais, valorizar aspetos positivos em famílias que vivem em contextos de elevada vulnerabilidade. Contudo, todas as famílias têm capacidades e meios que as ajudam a resolver problemas. Para as ajudar a ganhar controlo sobre as suas vidas, os profissionais têm de as apoiar na resolução de problemas através das suas competências (Sousa et al., 2007).

É fundamental repensar as formas de intervir de modo a compreender o funcionamento e a estrutura das famílias, a reformulação das estratégias de intervenção junto destas e as políticas sociais que organizam os apoios disponíveis (Sousa et al., 2007).

Capítulo III – Estudo Empírico

Introdução

Depois de uma abordagem à temática de abandono escolar, toda a sua envolvimento mostra-nos a sua complexidade tanto nas causas como nas consequências. É preocupante pelos valores que apresenta e pelas suas graves consequências quer para o indivíduo, quer para o país económica, social e culturalmente que se marcam, muitas das vezes, só a longo prazo (Benavente et al., 1994).

Este problema é grave e visivelmente preocupante, o que torna a sua prevenção e intervenção urgentes. Deste modo, o que se pretende com esta investigação, além de conhecer mais sobre este tema, é saber como é feita a intervenção por parte dos estabelecimentos de educação, ensino e formação, e técnicos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens junto dos alunos que abandonam ou pretendem abandonar a escola.

1. Objetivos

Foi a pensar nesta questão que surgiu o presente estudo cujo objectivo principal é conhecer a problemática do abandono escolar e sua promoção e prevenção.

Para compreender melhor este fenómeno, foram criados objetivos específicos como:

- Entender as principais causas que poderão estar na base do abandono escolar;
- Conhecer as características sociodemográficas do/a aluno/a em risco de abandono escolar;
- Perceber quais as principais características familiares presentes nas famílias dos alunos em risco de abandono escolar;
- Saber quais as principais consequências no caso de alunos que abandonam a escola sem completarem a escolaridade obrigatória;
- Compreender qual o acompanhamento ao aluno em risco realizado pela Escola e pela CPCJ, em casos de abandono escolar;
- Perceber qual o papel do Assistente Social na prevenção e intervenção nesta problemática;

2. Método

Para a concretização deste estudo, justifica-se a adoção de uma metodológica de natureza qualitativa.

Tendo como principal objetivo caracterizar a intervenção que os técnicos dos Estabelecimentos de Ensino e Formação e que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens fazem, optou-se pelo Método Qualitativo e administrar uma entrevista semidiretiva e semiestruturada aos técnicos intervenientes.

. O método qualitativo baseia-se em princípios como estudar os fenómenos a partir da perspetiva do outro e se conhecer a forma como as pessoas experienciam e interpretam o mundo social. A metodologia qualitativa permite a compreensão dos fenómenos, estudar a realidade sem a fragmentar e sem a descontextualizar (Almeida & Freire, 2008).

Este método visa a representação verbal dos dados por contraposição à representação numérica, à análise estatística, proporcionada pelos métodos quantitativos

2.1. Amostra

Para a realização do estudo procedeu-se, primeiramente, a uma recolha de informação. Este processo de recolha de informação, através de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e contactos diretos, foi fundamental para compreender que profissionais lidavam com os casos de abandono escolar precoce, sua prevenção e intervenção.

A amostra foi selecionada por conveniência e constituída por educadores, professores, psicólogos e técnicos de serviço social. Estes profissionais lidam diretamente com alunos em risco de abandono escolar, tanto nos estabelecimentos de educação como na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

A amostra deste estudo é constituída por oito participantes. Para manter o anonimato, designa-se por uma letra para fazer referência a cada um dos intervenientes:

- A. 32 anos, Sexo Feminino, **Psicóloga** clínica no *Agrupamento de Escolas A* há 3 anos onde faz acompanhamento psicológico individual e em grupo e também orientação vocacional e profissional. É formadora e já trabalhou como técnica de Recursos Humanos numa empresa por 2 anos.
- B. 54 anos, Sexo Masculino, é **Professor** há 27 anos sendo **Presidente do Conselho Executivo** do Agrupamento de Escolas B. É também representante da Educação no Conselho Municipal de Educação, foi representante do ME na CPCJ e Presidente da mesma, assim como coordenador de departamento e Presidente da CAP do Agrupamento de Escolas B.
- C. 57 anos, Sexo Feminino, é **Psicóloga** em escolas há 12 anos e em consultório há 20. Trabalha atualmente no Agrupamento de Escolas C, tendo trabalhado anteriormente num Centro de Formação Profissional.
- D. 32 anos, Sexo Feminino, **Psicóloga** no **Agrupamento de Escolas D**. Junto dos alunos intervém em grupo, através do Programa de Competências Sociais e do Programa de Atenção/Concentração, de modo a promover competências cognitivas. É responsável pelo Espaço de Inclusão em articulação com o PES. Tem

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

também funções de orientação escolar e vocacional, apoio psicopedagógico e avaliação psicológica.

- E.** 33 anos, Sexo Feminino, **Assistente Social** no **Agrupamento de Escolas D.** Acompanha os alunos sinalizados pelos professores como estando em insucesso escolar, em absentismo ou risco de abandono escolar ou que manifestam algum tipo de dificuldade em termos de adaptação em contexto escolar.
- F.** 52 anos, Sexo Feminino, **Educadora de Infância** mas trabalha na **CPCJ** há 4 anos como **Representante do Ministério da Educação** e como **Presidente da Comissão** há um ano.
- G.** 39 anos, Sexo Feminino, **Assistente Social** e trabalha no Município há 16 anos. Faz parte da Comissão Restrita da **CPCJ** em representação do Município.
- H.** 49 anos, Sexo Masculino, **Professor**. Trabalha no Agrupamento de Escolas E, onde é, há dois anos, **Diretor de Turma**. Já desempenhou as funções de Presidente e Vice-Presidente do Conselho Executivo.

2.2. Instrumento

Neste estudo, optou-se, como instrumento, pela entrevista semiestruturada (Anexo III) devido ao facto de se pretender que os intervenientes se possam exprimir livremente, que esta seja centrada no entrevistado e dificilmente generalizável (Almeida & Pinto, 1995).

Este guião de entrevista é composto por 12 questões tendo como base a literatura sobre o tema em estudo e foi estruturado em três partes, uma primeira com o objetivo de se conhecer melhor o entrevistado a nível profissional, uma outra que tem como objetivo conhecer a perceção dos entrevistados sobre a realidade do abandono escolar precoce, e uma última sobre a intervenção realizada nestes casos.

Antes de serem feitas as entrevistas aos intervenientes, esta foi aplicada como forma de pré-entrevista a quatro profissionais com características semelhantes às da amostra, a fim de ser verificada a clareza do guião, a adequação das perguntas ao conhecimento dos profissionais, assim como ao objetivo do estudo e dessa forma validar o guião.

Foi utilizado também o gravador na realização de entrevistas para que fosse ampliado o poder de registo e captação de elementos de comunicação de extrema importância, pausas de reflexão, dúvidas, entre outros elementos.

2.3. Procedimento

Primeiramente elaborou-se um projeto de investigação e submeteu-se o mesmo para apreciação à Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa.

Aquando o deferimento do projeto, foram selecionados os participantes tendo em atenção as funções que desempenham junto dos jovens em risco de Abandono Escolar Precoce. Quando contactados, os participantes foram informados da temática, foram-lhes explicados os objetivos da investigação. Aos profissionais que aceitaram participar neste estudo foi-lhes pedido para marcarem uma reunião no seu local de trabalho consoante a sua disponibilidade para ser efetuada a entrevista.

Após os participantes estarem cientes das intenções e termos em que decorreria o presente estudo, tendo-lhes sido prestados todos os esclarecimentos e aceitarem participar de forma voluntária, foram solicitados que lessem e assinassem a declaração consentimento informado (Anexo II). Posteriormente foi-lhes administrada a entrevista semiestruturada e semidiretiva.

Terminada a entrevista, a investigadora agradeceu o recebimento das informações e colocou-se à disposição para esclarecimento de dúvidas ou recebimento de sugestões.

O método aplicado consistiu numa entrevista com registo de som. Perante a transcrição da entrevista e a análise da mesma, os entrevistados foram identificados através de um código para manter o anonimato dos participantes. Após o término deste processo, as gravações foram destruídas.

Após a transcrição das informações, iniciou-se a análise de dados através da Análise de Conteúdo que consiste na leitura detalhada de todo o material transcrito, na identificação de palavras e conjuntos de palavras que tenham sentido para a pesquisa, assim como na classificação em categorias ou temas numa matriz conceptual (anexo IV) que tenham semelhança quanto ao critério sistemático ou semântico (Bardin, 2009).

Os dados obtidos através da técnica análise do conteúdo das entrevistas semiestruturadas foram apenas analisados de forma a garantir o anonimato e a confidencialidade dos participantes.

3. Análise e Discussão de Resultados

Para melhor se proceder à análise dos dados obtidos através das entrevistas, foram criadas duas categorias: 1) o aluno em risco de abandono escolar e 2) Promoção e Proteção

Cada categoria foi subdividida em subcategorias de diferentes dimensões, de acordo com a revisão bibliográfica anteriormente realizada e com as respostas dos participantes. A categoria que se baseia no aluno em risco de abandono escolar compreende três questões como o perfil destes alunos, os principais motivos e repercussões. A categoria da prevenção e promoção compreende cinco dimensões de carácter exploratório que visam compreender se, na opinião dos técnicos, o acompanhamento realizado é suficiente, soluções para uma melhor prevenção, como é feita a intervenção junto destes alunos e qual o papel do técnico de serviço social.

3.1. Aluno em risco de abandono escolar

3.1.1. Perfil dos Alunos

Primeiramente na entrevista foi pedida a opinião dos participantes deste estudo sobre as características sociodemográficas dos alunos em risco de abandono escolar:

“ (...) [o aluno em risco] não tem motivação, não se integra na turma, reprova uma ou mais vezes e depois sente-se mal por ser mais velho que os restantes colegas” (G – Assistente Social, CPCJ)

“ (...) vivem em meios rurais ou localidades pobres (...)” (A – Psicóloga, Escola)

“ (...) têm fracas referências familiares(...)” (B – Presidente do Conselho Executivo, Escola)

“ (...) não reconhecem o valor da escola (...)” (C – Psicóloga, Escola)

“São alunos com interesses divergentes dos escolares, alunos com percursos irregulares, alvos de várias retenções.” (H – Professor, Escola)

A opinião dos técnicos entrevistados está de acordo com autores como Amado e Freire (2002), Canavarro (2007), Justino (2010) e Duarte (2000). Os autores defendem que o facto de os alunos quererem abandonar a escola precocemente surge relacionado com as fracas expectativas relativamente ao seu futuro. O aluno desinteressa-se, desenvolve baixa motivação e quer abandonar. O facto de não terem apoio em casa e não reconhecerem o valor da escola, vai-se refletir em baixos níveis de esforço, desatenção e em problemas

disciplinares. Naturalmente que se vão desencadear maus resultados escolares, insucesso, reprovações e atrasos no percurso escolar, o que leva ao seu nível etário ser desfasado do seu nível académico e se sentirem mal perante isso. De uma forma geral são alunos que vivem em meios pobres e desfavorecidos e estes fatores promovem a sua fraca integração no meio escolar.

Para além das características sociodemográficas dos alunos em risco, foram questionadas as características das *famílias* destes alunos sob o parecer dos entrevistados:

“Vêm de famílias desestruturadas, com nível socioeconómico baixo, baixa escolaridade, baixos salários, empregos precários (...) Muitos são instáveis financeiramente e sem perspectivas de ascensão socioeconómica.” (E – Assistente Social, Escola)

“Provêm de famílias monoparentais, famílias de baixos recursos económicos, e/ou com elevado número de membros a coabitar na mesma casa. Não têm grande retaguarda familiar.” (A – Psicóloga, Escola)

“ (...) famílias carenciadas e famílias destruturadas. Têm fracas referências familiares, os pais ou quem os tem a seu cargo não se incomodam muito com o seu bem-estar, não dão muito valor à escola, e normalmente vivem de subsídios.” (B – Presidente do Conselho Executivo, Escola)

“ (...) provenientes de níveis socioeconómicos baixos (...) e quem os tem a seu cargo não valoriza a escola.” (D – Psicóloga, Escola)

“Os alunos vêm de famílias com baixo nível de escolaridade, com poucos recursos económicos (...) Estamos a falar, na sua maioria, de agregados familiares desempregados e que recorrem ao RSI. Estes jovens não têm muito apoio de retaguarda familiar.” (F – Representante ME, CPCJ)

“ (...) têm baixo grau de escolaridade e os seus elementos encontram-se em situação de desemprego ou com baixo rendimento. Muitos destes alunos estão a cargo de familiares que

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

não são os seus progenitores, tios, avós padrinhos... e alguns têm como familiares, alguém a cumprir pena de prisão e, muitas vezes a morar com eles, toxicodependentes, prostitutas, ou outros.” (H – Professor, Escola)

É indissociável a interferência do contexto familiar tanto no desempenho escolar como na decisão dos alunos em abandonarem a escola. Tanto o ambiente familiar como os estilos educativos parentais.

O parecer dos entrevistados está em conformidade com autores como Amado e Freire (2002), Benavente et al. (1994), Canavarro (2007), Feitosa et al. (2005) e PNPAE (2004). Os autores defendem que os alunos em risco de abandono escolar são, como já vimos, oriundos de famílias desfavorecidas com dificuldades económicas. As suas habilitações e rendimentos são baixos, o que leva à família a dificuldades económicas.

Os seus familiares, quase sempre são intelectualmente desfavorecidos pois nunca tiveram ambições escolares ou tiveram que trabalhar cedo e também abandonaram a escola.

As baixas expectativas que a família cria, assim como a desvalorização pelo papel da escola fazem com que não apoiem o aluno e a este demonstre desinteresse pela escola. A relação do aluno com a escola vai se demonstrando cada vez mais frágil.

Alguns destes alunos estão constantemente expostos a influências negativas do seu ambiente familiar devido a, no seu agregado familiar fazerem parte prostitutas, toxicodependentes, desajustados, entre outros.

3.1.2. Principais Motivos

No parecer dos entrevistados, os principais motivos que fazem desencadear o fenómeno do abandono escolar precocemente:

“A desmotivação com o ensino, (...) falta de apoio por parte da escola e da família, as baixas referências familiares e as dificuldades de aprendizagem.” (A – Psicóloga, Escola)

“Muitos têm problemas cognitivos, dificuldades de aprendizagem e dificuldades de integração. Não têm motivação para ir para a escola, começa o insucesso e reprovam.” (C – Psicóloga, Escola)

“... dificuldades de aprendizagem, o sistema de ensino não se adequa às suas características e têm necessidade de trabalhar para angariar dinheiro para uso próprio ou para a família.” (D – Psicóloga, Escola)

“ (...) o desemprego dos progenitores, as dificuldades económicas que os motiva para a procura de trabalho. Os cursos não estão adequados para os interesses e motivações dos jovens. Há falta de cursos práticos e há jovens que não se sentem integrados nem se adequam ao ensino que recebem, não têm rendimento escolar, entram em conflito com os professores, começam a ser excluídos pela própria escola (...).” (G – Assistente Social, CPCJ)

“Geralmente há baixa expectativa por parte da família relativamente ao percurso escolar do aluno. Quando o rendimento familiar é baixo há uma pressão por parte da família para eles irem trabalhar. Também se dá falta de autoestima por parte do aluno quando este se vê confrontado com o insucesso escolar.” (H – Professor, Escola)

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

A qualidade do apoio familiar condiciona o percurso escolar do aluno. Em concordância com os entrevistadores, podemos referir que Benavente et al (1994), Ferrão e Neves (1992), Amado e Freire (2002), Silva et al. (2006) e Canavarro (2007) também defendem as pobres estruturas familiares e as tensões que se vivem nesse meio influenciam o desenvolvimento da criança e a sua motivação para a aprendizagem, resultando numa melhor ou pior adaptação à escola. A falta de interesse pela escola, o facto de a considerar desagradável, ter dificuldades de aprendizagem e consequentes maus resultados e não se adaptar à escola, fazem com que o/a próprio/a aluno/a entre em conflito com os professores e queira abandonar a escola.

Se a família não demonstra interesse pelo trabalho escolar do seu filho/a, se não participa nas reuniões escolares, se as expectativas em relação ao desempenho escolar da criança são baixas, é muito provável que as leve a perder o interesse pela escola.

Este abandono escolar e esta desmotivação que o jovem sente, contribuem para a sua baixa autoestima e para a grande probabilidade de virem a desenvolver comportamentos de risco. Estes autores sustentam ainda que o facto da carência socioeconómica da família com quem vivem, assim como as condições de vida precárias motivam o jovem para a entrada no mercado de trabalho e muitas vezes existe uma pressão da própria família para que isto suceda. Ademais, é de grande importância referir que os programas escolares em vigor continuam sem estar adequados às necessidades dos alunos. A falta da sua vertente prática contribui para a desmotivação e desinteresse no ensino.

3.1.3. Repercussões

“fracas oportunidades laborais que levam a uma desmotivação pessoal e profissional.” (A – Psicóloga, Escola)

“... probabilidade de uso de substâncias, como o álcool e drogas, bem como de marginalidade. Baixa profissionalização e desemprego.” (D – Psicóloga, Escola)

“... dificuldade de inserção no mercado de trabalho, realização de trabalhos pouco qualificados e sem realização profissional e até mesmo desemprego. Dado isto, recorrem a atividades marginais e às prestações sociais para garantir as condições mínimas de sobrevivência.” (E – Assistente Social, Escola)

“...continuam sem ter a consciência do que é melhor para eles, das limitações do mercado de trabalho e que, não cumprindo a escolaridade obrigatória, muito mais difícil será essa inserção (...) Estes jovens, por falta de vigilância, entram facilmente nos consumos, nas substâncias ilícitas e nos furtos para poderem continuar a consumir.” (Representante ME, CPCJ)

“É mau para o país. É mau para os jovens porque não têm as habilitações necessárias e isso vai cada vez mais dificultar a integração no mercado de trabalho (...)” (G – Assistente Social, CPCJ)

“A falta de perspectiva de futuro leva os jovens a interromper o seu processo educativo e ficarem afastados do convívio com os seus pares. Isto pode causar propensão de comportamentos de risco.” (H- Professor, Escola)

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

O abandono precoce da escolaridade traz graves consequências para o aluno, sociedade mas também para o desenvolvimento socioeconómico do país.

Carneiro (1997), Guerreiro (1998), Canário (2001), Azevedo (2011), e Grave – Resendes e Soares (2002), revelam concordância com o que os participantes comunicaram, ao referirem que a desvantagem na sua formação académica pode leva-los a maiores obstáculos na procura de emprego.

Então, a saída precocemente da escola pode levar também, para aqueles que conseguem arranjar emprego, a empregos menos bem remunerados, a empregos precários, a serem considerados mão-de-obra menos qualificada e, para os que não conseguem arranjar emprego, estão sujeitos a ficarem desempregados prolongados.

Estes efeitos vão-se refletir em maiores níveis de pobreza e exclusão social, a virem a ser dependentes de subsídios sociais e virem a enfrentar alguma marginalização associada a comportamentos desviantes. Juntamente com estas consequências referidas está associada à perda de autoconfiança e autoestima.

3.2. Promoção e Prevenção

3.2.1. Eficácia do acompanhamento

Esta subcategoria visa explorar se os técnicos consideram se o acompanhamento realizado pelos EEEF e CPCJ é ou não suficiente. Na opinião dos entrevistados:

“O trabalho dos técnicos (...) nunca é demais, ... mesmo após todo o envolvimento dos técnicos, não se consegue obter feedback positivo do outro lado, nem sempre pelos alunos mas sim pelas famílias que não os estimulam e as crianças passam a não ver o seu esforço recompensado.” (A – Psicóloga, Escola)

“Eu acho que tem evoluído muito (...) tem ajudado a prevenir problemas, nomeadamente o abandono escolar precoce, enquadrando os miúdos em projetos de vida com algum sentido, na descoberta das suas capacidades, dos seus talentos, dos seus pontos fortes e tem dado uma resposta bastante satisfatória. (...) Quer a escola, quer o IEF, quer as escolas profissionais e outras associações, têm tido um papel formativo cada vez melhor, ou seja, oferecem cada vez mais cursos e articulam entre si essas ofertas.” (B – Presidente do Conselho Executivo, Escola)

“ (...) só é suficiente quando os casos estão resolvidos mas com a pressão que é criada de um lado e do outro consegue-se controlar a situação. Mas também não podemos descuidar a procura de um curso profissional que se adapte mais ao aluno.” (C-Psicóloga, Escola)

“Nem sempre o acompanhamento realizado é suficiente. Infelizmente as CPCJ encontram-se atoladas de processos e com um número reduzido de técnicos. Além do mais, em muitas situações a família já não teme a CPCJ, ‘brincando’ com a sinalização.” (D – Psicóloga, Escola)

“Algumas vezes é suficiente, outras não. Há a necessidade de diversificar as respostas apresentadas pela escola, uma vez que há uma multiplicidade de alunos e apenas duas ou três respostas apresentadas pelo ensino regular e profissional.” (E – Assistente Social, Escola)

“ (...) poucas são as escolas que têm psicólogos e naturalmente que as que existem não têm capacidade de resposta ou têm uma capacidade de resposta muito baixa para o número de problemáticas existentes. O trabalho será mais bem feito quanto maior disponibilidade tiver o técnico e menor for o número de alunos a acompanhar.” (F – Representante ME, Escola)

“Os técnicos tentam fazer o que lhes é permitido, mas muitas vezes não temos recursos para tal. (...) Os técnicos muitas vezes podem querer dar uma resposta e pensar num projeto de vida ou escolar diferente mas não temos o que é essencial. São as grandes lacunas que existem...” (G – Assistente Social, CPCJ)

“Acho que sim, que o acompanhamento realizado é suficiente. A CPCJ intervém sempre que necessário apesar de às vezes a resposta não ser no tempo desejável.” (H – Professor, Escola)

De uma forma geral, os técnicos não consideram o acompanhamento realizado como suficiente. Apesar de reconhecerem que tem evoluído positivamente, há sempre muito para fazer. De acordo com a sua experiência profissional, muitos defendem que o que está na origem de não poderem fazer um melhor acompanhamento a estes alunos é o número reduzido de técnicos ou de recursos para estes trabalharem. Com poucos técnicos, o acompanhamento individualizado é muito difícil de ser realizado e o número de processos vai aumentando, o que faz com que as comissões demorem a dar por concluída a intervenção.

Claro que existem outras causas como base deste problema que, como vimos, a família por vezes pode ser uma barreira para o trabalho dos técnicos e até mesmo a falta de respostas, nomeadamente por parte da escola num ensino mais prático e mais diversificado.

3.2.2. Soluções para uma Melhor Prevenção

Foi pedido aos técnicos entrevistados, com base no seu desempenho profissional, para apontarem o que é que se poderia fazer para haver uma melhor prevenção nestes casos de abandono escolar.

“ (...) maior envolvimento dos educadores, maior envolvimento e investimento das escolas, aposta nos serviços, físicos e sociais, envolvimento da comunidade local, e por aí...” (A – Psicóloga, Escola)

“ (...) reforçar o conceito de responsabilidade e a atitude de cidadania das próprias crianças e jovens e das próprias famílias. (...) A escola também tem que ser acolhedora mas no sentido de dar aos alunos coisas que eles vejam utilidade, que sejam significativas a todos os níveis (...) ” (B – Presidente do Conselho Executivo, Escola)

“ (...) serem criados mais cursos profissionais e conseguirmos que os alunos reconheçam as vantagens que lhes podem trazer. A sua componente mais prática funciona como uma via de resposta ao absentismo (...) ” (C – Psicóloga, Escola)

“ (...) ensino mais diferenciado e adequado a cada um. As escolas têm um sistema de ensino que não valorizam a diferença, são os alunos que se têm que adaptar, o que nem sempre é conseguido com sucesso. Os cursos profissionais deveriam ser mais práticos.” (D – Psicóloga, Escola)

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

“ (...) o reforço de técnicos da área social nas escolas e o aumento da diversidade de respostas por parte da escola.” (E – Assistente Social, Escola)

“Não poderei dizer que há sucesso a 100% na prevenção junto destes alunos mas é para isso que cá estamos e a nossa intervenção será no sentido da maior eficácia possível. (...) o que nos promove maior ou menor eficácia será esta capacitação do jovem em termos de competências.” (F – Representante ME,CPCJ)

“ (...) vertente prática da escolaridade (...)” (G – Assistente Social, CPCJ)

“ (...) melhorar o apoio social às famílias carenciadas e intervir no agregado familiar de forma a orientar e estimular os objetivos de vida e de futuro.” (H – Professor, Escola)

Para este tema, os entrevistados concluíram aspetos distintos mas, grande parte das suas opiniões baseia-se num ensino mais prático, diferenciado, de forma a dar resposta à diferença, a promover o interesse e a motivação e se tornarem escolas mais inclusivas.

Outro grande problema é a falta de técnicos. Os participantes alertam para a falta de reforço dos técnicos de forma a melhorar o apoio às famílias, a ser mais eficaz e personalizado. Este reforço vinha também alertar para as consequências dos actos destes alunos de modo a serem travados atempadamente e com maior eficácia.

3.2.3. Processo de Prevenção e Intervenção

Dado que os entrevistados, professores, psicólogos e assistentes sociais, trabalham diretamente com casos de alunos em risco de abandonara escolaridade, seja nas escolas ou nas CPCJ, tentamos deste modo compreender e explorar como é feita a promoção e proteção junto dos alunos em risco de abandono escolar, e quais os principais obstáculos à intervenção.

1. Promoção e Protecção

A. Escola

a) Professores

“Quer a escola, quer todas as estruturas sociais, nomeadamente as CPCJ, os Tribunais de Menores e o Ministério Público, têm um peso cada vez maior, exercem uma pressão cada vez maior para que estes miúdos não sejam desvinculados da escola. (...) O aluno falta e comunica-se à família. Se nada for feito, a CPCJ recebe uma notificação do problema, que é considerado aluno em risco, contacta com a família (...)” (B – Presidente do Conselho Executivo, Escola)

“Na escola é feito o contacto com os alunos e com o encarregado de educação, primeiramente pelo Diretor de Turma e aciona-se os serviços de Psicologia e Orientação do Agrupamento. Caso estas medidas não resultem comunica-se o caso à CPCJ.” (H – Professor, Escola)

Relativamente às escolas, quando o aluno atinge um certo limite de faltas, são feitas duas coisas: contactar o encarregado de educação do aluno, convocando-o para comparecer à escola e direccionar o aluno para os serviços de psicologia de forma a que a escola consiga perceber o que está na origem deste comportamento. Quando este processo é ineficaz, dão conhecimento à CPCJ que passa a intervir.

b) Psicólogos

“Junto das escolas é feito o acompanhamento individualizado ou em grupo, com técnicas cognitivas e comportamentais de forma a que os alunos invistam a atenção e disposição na melhoria das suas competências (...)” (A – Psicóloga, Escola)

“Uma boa orientação vocacional pode prevenir o abandono escolar precoce. Começamos sempre por aí, a informar (...) aos alunos e aos pais (...) Antes de haver alguma sinalização à CPCJ (...) as psicólogas da escola fazem um diagnóstico para saber o que está na origem dessa dificuldade (...) Depois passamos as informações aos professores de forma a que eles saibam como trabalhar melhor com aquele aluno (...) Depois de alertar as famílias, a escola combinava que sempre que o aluno faltasse à escola ligavam para a família. A família sabia e o aluno também sabia que a família sabia. Conseguimos criar ali uma pressão e, na maior parte das vezes, os alunos voltam à escola. Os psicólogos e os assistentes sociais não deixam de trabalhar com estes alunos no porquê. No porquê de não ir à escola, no porquê de faltar, e através do diagnóstico ficamos a saber se há dificuldades de aprendizagem, desmotivação, se é algum problema na família, se têm medo, se sofrem de violência... (C – Psicóloga, Escola)

“Nós fazemos um diagnóstico para perceber quais os motivos que levam o aluno a querer abandonar a escola.” (D – Psicóloga, Escola)

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

De uma forma geral, os alunos são sujeitos a uma orientação vocacional de modo a perceber quais as melhores aptidões do aluno para o direcionar para o curso em que melhor se adaptam as suas características pessoais e técnicas. Isto previne a vontade do aluno querer faltar à escola com o objetivo de o motivar. Quando, mesmo assim, o aluno não se interessa pela escola, começa a faltar conseqüentemente por algum motivo, ou em casos de dificuldades de aprendizagem, o aluno é direcionado para os serviços de psicologia de modo a se saber quais são os motivos para que esteja a faltar à escola e o psicólogo transmite os resultados desse diagnóstico ao diretor de turma. Se o absentismo persistir os pais são convocados à escola e tentam fazer pressão de ambos os lados para o aluno regressar à escola. Quando a situação agrava, o caso é sinalizado à CPCJ. O parecer dos entrevistados faz concordância com Montano et al (2011).

c) Assistente Social

“ (...) temos que elaborar o diagnóstico dos problemas que estão a levar o aluno a faltar à escola.” (E – Assistente Social, Escola)

O Assistente Social nas escolas tem um papel semelhante ao psicólogo, de forma a intervir junto do aluno na tentativa de compreensão do que leva o aluno a faltar à escola, elaborando um diagnóstico, tal como refere Branco (2009).

B. CPCJ

a) Presidente e Representante do Ministério da Educação

“O que nós fazemos enquanto técnicos é alertar para as consequências de desistirem da escola, da precariedade do trabalho que irão ter, para a possibilidade de virem a ser explorados e num instante são colocados na rua sem subsídios, sem apoios e é nosso papel alertá-los. O primeiro acompanhamento é feito pelos diferentes professores nas reuniões de

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

conselho de turma que relatam as suas preocupações relativas ao jovem e ao diretor de turma está atento e cabe a este fazer chegar as suas preocupações à direção executiva e ao gabinete de psicologia da escola. Se o diretor de turma e a direção executiva entender que será melhor enviar uma sinalização à CPCJ, (...) onde estes jovens serão acompanhados (...)” (F – Representante ME, CPCJ)

Segundo o contributo da Representante do ME da CPCJ, depois de o processo estar sinalizado na CPCJ e como primeiro passo, os técnicos, têm como principal função alertar para os obstáculos que irão encontrar tanto a nível pessoal como laboral, de forma a persuadir o aluno e a família do melhor para a criança ou jovem. Na comissão de proteção, o aluno será acompanhado devidamente para que se possa fazer o retorno da situação

b) Assistente Social

“O processo chega à CPCJ sinalizado pela escola. Os casos são apresentados em reunião com os outros técnicos, discutem-se as problemáticas, as medidas a aplicar e conseguimos perceber o que é que está a faltar. Chamamos os pais e a criança para os confrontar com o motivo da sinalização, (...). Antes de intervirmos, os pais têm que consentir com as medidas, assim como o menor com 12 ou mais anos e tem que haver um compromisso entre todos. Entre o menor, os pais e a própria comissão. Infelizmente o facto de assumirem um compromisso, muitas das vezes só o cumprem por uma ou duas semanas, depois voltam a faltar mas aí a escola tem um papel fundamental na motivação.” (G – Assistente Social – CPCJ)

A Assistente Social da CPCJ acrescenta ainda que, em rede com outros técnicos tentam chegar a um consenso de forma a criarem a melhor medida personalizada para esse aluno. Com a família presente e elucidada da situação, explicam as medidas e de que modo as pretendem aplicar de modo a que fiquem todos a ganhar com a situação. Isso só pode acontecer quando ambas as partes consentem com as medidas e assumem um compromisso de as fazer cumprir.

2. Obstáculos

“A grande dificuldade passa pela falta de técnicos necessários para conseguir reverter a situação de abandono escolar e na participação dos pais junto da escola.” (A – Psicóloga, Escola)

“O problema do abandono escolar precoce resolve-se de muitas maneiras. Às vezes achamos que se resolve a obrigar as crianças a irem à escola mas muitas vezes a escola pode ir à criança. A escola pode também transfigurar-se nouro tipo de funcionamento, organização e cumprir a sua missão sem obrigar os alunos a estar determinado tempo, numa determinada sala, num determinado espaço, através de e-learning e outras plataformas. Ou reforçar a escola dentro de casa.” (B – Presidente do Conselho Executivo, Escola)

“A maior dificuldade é com a família. Apesar de se chamada à escola, a família vêm pouco. É uma luta por parte das escolas para que os pais participem mais. Além disso, eles é que têm o dever de fazer com que a criança vá à escola mas, se a criança entra na escola mas não vai às aulas, aí a responsabilidade já é da escola.” (C – Psicóloga, Escola)

“O problema da intervenção está no facto de as situações serem sinalizadas quando o problema esta instalado, e não quando as dificuldades do aluno e da família se começam a manifestar.” (D – Psicóloga, Escola)

“A principal dificuldade na intervenção está na barreira que a família cria e nos atrativos do mundo exterior como o dinheiro fácil.” (E – Assistente Social, Escola)

“Quando nós trabalhamos em rede, a nossa intervenção é muito melhor, muito mais positiva. Nem sempre acontece porque não há técnicos suficientes como Assistentes Sociais, Psicólogos, Ajudantes Familiares...” (F – Representante ME, CPCJ)

“É muito importante trabalhar a família porque muitas vezes esta não tem consciência do que é necessário para o futuro dos seus filhos e muitas vezes temos que tentar ver porque é que os

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

jovens não estão a ir à escola, porque é que não gostam da escola e que a família seja, com os técnicos e com a escola, motivadora para que eles consigam frequentar e ter um percurso diferente.” (G – Assistente Social, CPCJ)

“ (...) os maiores obstáculos passam por trazer os alunos em risco de volta à escola, bem como os contactos frequentes com os encarregados de educação para tentar resolver a situação. O tempo que medeia a intervenção de todos os intervenientes no processo é demasiado extenso.” (H – Professor, Escola)

Na opinião dos entrevistados, os obstáculos passam por: família, falta de técnicos, sinalização tardia e a dificuldade de reverter a situação de forma a que os jovens regressem à escola.

A família consegue ser, muitas vezes uma barreira na tentativa da prevenção e, logicamente, na intervenção junto destes alunos. Isto porque os professores e os técnicos têm que obedecer a um regulamento para intervir e passa, primeiramente, por criar um contacto com os pais do aluno. Será um impedimento em situações em que não comparecem à escola quando convocados, não participam nem demonstram interesse no percurso escolar dos seus descendentes e quando não têm consciência do que é melhor para estes, contribuindo para as más decisões que estes jovens possam fazer no futuro. Quando a falta de técnicos é um obstáculo, esta situação só tende a agravar-se. Por haver técnicos insuficientes, a sinalização e a tentativa de prevenção não é feita atempadamente, o que dificulta, posteriormente, o processo de intervenção e que, por sua vez torne muito mais difícil o retorno dos jovens à escola.

Neste ponto do trabalho, as respostas dos intervenientes estão em conformidade com a legislação referida anteriormente, assim como com o Guia de orientações para os profissionais da educação na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo (Montano et al., 2011).

3.2.4. Papel do Assistente Social.

Neste último ponto, foi pedido a todos os participantes para darem a sua opinião do papel do técnico de serviço social nesta problemática. A opinião de cada interveniente é importante porque, apesar da escassez de técnicos, como pudemos ver anteriormente, existe um trabalho em rede com estes técnicos.

“Nunca trabalhei diretamente com estes técnicos, por isso não tenho conhecimento suficiente para responder. Sei que trabalham diretamente com a família do aluno e é muito importante essa intervenção.” (A – Psicóloga, Escola)

“É importantíssimo! É pena a maioria das escolas não ter estes profissionais. (...) Porque os professores e os outros técnicos acabam por fazer um bocadinho do papel do Assistente Social mas não têm formação para isso. Há escolas que articulam muito bem com as estruturas da segurança social, como as Assistentes Sociais da Câmara, com os técnicos das CPCJ ou de outras associações tipo IPSS. Fazem protocolos e fazem pequenos acompanhamentos, avaliações, etc. mas não chega...” (B – Presidente do Conselho Executivo, Escola)

“Nas escolas onde trabalho e trabalhei (...) nenhuma tinha Assistente Social. O contacto com as Assistentes Sociais era feito por ser um técnico da CPCJ, da Câmara ou de outras instituições. O papel dos assistentes sociais é acompanhar as famílias e tentar perceber o que é que a escola está a fazer e nos ir comunicando do que a família faz. Muitas vezes estão a acompanhar a família em outras necessidades, em outras situações e fazem a ponte ou dão-nos informações relevantes sobre a família porque nós só sabemos da família por aquilo que ela nos diz ou o que a representante dos pais nos pode dizer.” (C – Psicóloga, Escola)

“O nosso agrupamento não tem Assistente social. Desculpe mas não lhe sei responder a esta questão...” (D – Psicóloga, Escola)

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

“É função do técnico de serviço social a elaboração de estratégias e dinamização de recursos capazes de capacitar o aluno e a família na superação da situação.” (E – Assistente Social, Escola)

“ (...) No trabalho em rede, atribuímos uma importância fundamental mas obviamente que nessa equipa em rede a Assistente Social assume um papel preponderante porque enquanto nós representantes da educação ou os professores – tutores focalizamos as questões da educação, no fundo o Assistente Social intervém diretamente junto com a família e nesse aspecto eu diria que é um elemento até mais importante do que o representante da educação.” (F – Representante ME, CPCJ)

“Aqui na CPCJ o Assistente não lida diretamente com estes casos. Quem lida é o representante do Ministério da Educação mas eu, como Assistente Social, tenho alguns casos sinalizados por outros motivos, (...) em que ocorre casos em que o aluno corre o risco de abandonar a escola e aí já intervenho ...” (G - Assistente Social - CPCJ)

“O assistente social é um agente importante e colaborador na resolução do problema. Entende-se que este seja capaz de ajudar na solução dos conflitos existentes dentro do seio familiar ou do próprio aluno e que poderão estar na base do abandono escolar.” (H – Professor, Escola)

O que podemos verificar através das respostas dos intervenientes, em que muitos trabalham em parceria com estes técnicos, é que ainda há um grande desconhecimento das funções que lhe dizem respeito. Apesar da temática da intervenção e de acordo com Magalhães (2005), o técnico de serviço social trabalha com o indivíduo de modo a proporcionar-lhe bem-estar a todos os níveis, contribuindo na prevenção e mediando conflitos até fazer cessar o conflito. A sua atuação é direcionada para o bem-estar do aluno e da sua família.

Reflexões Finais

Numa sociedade com graves problemas sociais e económicos, muitos são os jovens que se vêm empurrados para a vida ativa como tentativa de melhorar as suas condições de vida terminando o seu percurso escolar mesmo antes de concluída a escolaridade obrigatória.

A importância da revisão bibliográfica sobre o abandono escolar permitiu concluir que a escola é responsável por muitos casos pois não consegue manter os jovens motivados para os estudos nem de lhes dar respostas mais adequadas ao seu perfil.

Podemos desenhar o perfil da criança ou jovem em risco de abandono escolar como alguém proveniente de um meio económico, social e culturalmente desfavorecido, o que implica menores oportunidades de desenvolvimento físico, emocional e intelectual, com pouco ou nenhum apoio escolar em casa, demonstrando baixa autoestima e motivação, com um percurso marcado por fracassos e insucessos e com professores e familiares com baixas expectativas. Podemos concluir que todos os fatores - individuais, familiares, escolares e sociais – têm grandes implicações no desempenho escolar das crianças, podendo levá-las a desinteressarem-se pela escola e conseqüentemente a abandoná-la precocemente.

A questão que esteve presente em toda a investigação foi a de saber qual o acompanhamento ou intervenção junto destes jovens quando estão em risco de quando tomam a decisão de abandonar o sistema escolar. Através dos contributos dos participantes fica-se a saber que a primeira atitude é tomada na escola quando os professores que detetam a ausência do aluno frequentemente comunicam ao diretor de turma e o aluno é encaminhado para a orientação do assistente social e/ou psicólogo de modo a que este possa perceber quais os motivos que estão a levar o aluno a faltar à escola. Este diagnóstico é comunicado ao diretor de turma de forma a que a escola elabora estratégias de trabalhar com este aluno de modo a motivá-lo e/ou ajudá-lo a superar as dificuldades de aprendizagem. Cabe à escola a comunicação ao encarregado de educação, caso o aluno seja menor, do sucedido de forma a que a família intervenha e, caso estas medidas sejam ineficazes, a escola deve sinalizar o caso à comissão de proteção de forma a que seja esta a intervir. Na CPCJ, os técnicos em conjunto

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

e, com as diligências da escola e da família, criam medidas que pensam ser as mais adequadas (em rede com outros técnicos) para intervir junto do aluno e família. Caso os familiares e o aluno em questão consintam com as medidas propostas pelos técnicos, têm que assumir um compromisso de forma a que haja alguma garantia de que todos se vão esforçar.

O papel dos pais, dos docentes e dos técnicos torna-se fundamental na escolha do percurso escolar e das opções a seguir pelos alunos.

A Educação determina o futuro do país. É da responsabilidade do Estado a criação de condições que permitam garantir a universalização de uma educação de qualidade e a promoção do sucesso educativo de todos os alunos.

Referências Bibliográficas

Ainscow, M. et al. (1997). *Caminhos para as escolas inclusivas*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.

Alarcão, M. (2002). *(Des) Equilíbrios Familiares – Uma visão sistémica*. Coimbra, Quarteto.

Almeida, L. & Freire, T. (2008). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Braga, Psiquilíbrios Edições.

Almeida, E. & Ramos, F. (1992). *Insucesso e abandono escolar*. Lisboa, Ministério da Educação – Gabinete de Estudos e Planeamento.

Almeida, J. & Pinto, J. (1995). *A Investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa, Editorial Presença.

Alzate, R. (1997). *Análisis y Resolución de Conflictos: Una perspectiva psicológica*. Bilbao, Universidad del País Vasco.

Amado, J. (2001). *Interação Pedagógica e Indisciplina na Aula*. Lisboa, Edições Asa.

Amado, J. & Freire, I (2002). *Indisciplina e Violência na Escola – Compreender para Prevenir*. Lisboa, Edições Asa.

Ander-Egg, E. (1995). *Introdução ao Trabalho Social*, Tetrópolis, Vozes.

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

ANESPO – Associação Nacional de Escolas Profissionais (2011). Razões de Desistência e de Abandono de Alunos [Em linha]. Disponível em: <http://www.anespo.pt/anespo-noticias-desc.php?id=4> [Consultado em 23/04/2013].

Arroteia, J. (2008). *Educação e Desenvolvimento*. Aveiro, Universidade de Aveiro.

Azevedo, J. (1999). *Inserção Precoce de Jovens no Mercado de Trabalho*. Coleção Cadernos PEETI – Plano para Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil. Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70.

Benavente, A. et al (1994). *Renunciar à Escola: O Abandono Escolar no Ensino Básico*. Lisboa, Fim do Século.

Branco, F. (2009). *A Profissão de Assistente Social em Portugal: Trajectória e Perspectivas*. Lisboa, Locus Social.

Caetano, L. (2005). *Abandono Escolar: Repercussões Socioeconómicas na Região Centro – Algumas Reflexões*. Lisboa, Finisterra.

Canário, R. (2001). *Escola e Exclusão Social. Para uma análise crítica da política TEIP*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

Canavarro, J. (2003). *A Sociedade, o Estado, e o Sistema de Educação e Formação numa perspectiva ao longo da vida – algumas notas reflexivas em torno dos conceitos de competências base e de novas competências*. Coimbra, Psychologica.

Canavarro, J. (2007). *Para a Compreensão do Abandono Escolar. Educação Hoje*. Lisboa, Texto Editores.

Carneiro, M. (1997). *Crianças em Risco*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – ISCSP.

CE – Comissão Europeia (2011). *Proposta de Recomendação do Conselho sobre as políticas de redução do abandono escolar precoce*. Comissão Europeia.

Costa, A. (1998). *Projetos Escolas Inclusivas*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.

CNPCJR (2006) - *Relatórios Anuais de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (2000-2006)*, CNPCJR/ISS, IP.

Diogo, A. (1998). *Famílias e Escolaridade. Representações parentais da escolarização, classe social e dinâmica familiar*. Lisboa, Edições Colibri.

Duarte, M. (2000). *Alunos e Insucesso Escolar*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.

Elliot, D. & Voss, H. (1974), *Delinquency and Dropout*. Lexington, Heath – Lexington.

Feitosa et al. (2005). Suporte Social, Nivel Socioeconomico e o Ajustamento Social e Escolar de Adolescentes Portugueses, *Temas em Psicologia* N. 13, pp. 129 – 138.

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

Ferrão, J. et al (2000). Abandono Escolar Precoce: Olhares Cruzados em Tempo de Transição, *Revista Sociedade e Trabalho*, N.º 10, pp.9-21.

Ferrão, J. & Neves, A. (1992). *Caracterização Regional dos Factores de Abandono Escolar nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico - PEPT 2000 - Programa de Educação Para Todos*. Lisboa, Ministério da Educação.

Garcia et al. (2000). *Estranhos, Juventude e dinâmicas de exclusão social em Lisboa*. Oeiras, Celta Editora.

Garrinhas, P. (1997). À Procura de um Futuro Perdido. In Carneiro, M. (Ed.). *Crianças de Risco*. Lisboa, ISCSP.

Grave – Resendes L. & Soares, J. (2002). *Diferenciação pedagógica*. Lisboa, Universidade Aberta.

Guerreiro, M. et al. (2009). *Trajectórias escolares e profissionais de jovens com baixas qualificações*. Lisboa, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE).

Guerreiro, S. (1998). *Insucesso e Abandono Escolar*. Porto, Centro Social e Paroquial Nossa Senhora de Vitória.

Hunt, M. et al., (2002). *A Comprehensive Needs Assessment to Facilitate Prevention of School Drop Out and Violence*. Psychology in the School.

IFSW – The International Federation of Social Workers. [Em linha]. Disponível em <http://ifsw.org/>. [Consultado em 27/05/2013].

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

Jadue, G. et al. (2005). *Factores Protectores y Factores de Riesgo para el Desarrollo de la Resiliencia Encontrados en una Comunidad Educativa en Riesgo Social*. Estudios Pedagogicos.

Janosz et al. (2000). Predicting Different Types of School Dropouts: A Typological Approach With Two Longitudinal Samples. *Journal of Educational Psychology*.

Janozs, M. & Blanc. M. (1999). Abandono Escolar na adolescência: Factores comuns e trajetórias múltiplas. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 34 (1,2,3), pp. 341-403.

Jimenez, M. (1994). Competencia Social: intervención preventiva en la escuela. *Infancia y sociedad*, 24.

Justino, D. (2010). *Difícil é educá-los*. Lisboa, Coleção Ensaios da Fundação, FFMS - Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Knesting, K. e Waldron, N. (2006). Wiling to Play the Game: Howat-risk Students Persist in School. *Psychology in the Schools*.

Magalhães T. (2005). *Maus Tratos em Crianças e Jovens: Guia Prático para Profissionais*. Coimbra, Edições Quarteto.

ME - Ministério da Educação (2009). *A Dimensão Económica da Literacia em Portugal: Uma Análise*. Lisboa, GEPE – Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.

Melo, C. (2008). *Construção de um Instrumento de Diagnóstico de Crianças e Jovens em Risco de Abandono Escolar*. Lisboa, ISCTE.

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

Mendonça, A. (2007). Sucesso/Insucesso: Percursos de Organização Escolar *In* Sousa, J. & Fino, C. *A Escola sob Suspeita*. Porto, Edições ASA.

Montano et al. (2011). *Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças: Guia de orientações para os profissionais da educação na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo*. Lisboa, CNPCJR.

Montenegro, M. (2003). *Aprendendo com Ciganos*. Lisboa, EDUCA.

PNPAE – Plano Nacional de Prevenção ao Abandono Escolar (2004). Lisboa, Ministério da Educação / Ministério da Solidariedade e do Trabalho.

Ramião, T. (2006), *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo – anotada e comentada*. Lisboa, Sociedade Editora.

Revista Portuguesa de Pedagogia (2013). Abandono Escolar Precoce e Comportamento Anti-Social na Adolescência: Dados de um Estudo Empírico. *Imprensa da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 45-2, 2011, pp.187-198.

Rodrigues, S. (2009). *Guia de operacionalização de cursos de educação e formação de adultos*. Lisboa, Agência Nacional para a Qualificação, I.P.

Roldão, M. (2004). *Seminário Lei de Bases da Educação – Escolaridade Obrigatória, Insucesso e Abandono Escolar*. Lisboa, CNE.

Sarceno, C. (1997). *Sociologia da Família*. Lisboa, Editorial Estampa.

Um Olhar sobre o Abandono Escolar: Da Compreensão à Prevenção e Intervenção

Sarmiento, M. et al (2009). *Infância Interrompida: caracterização das actividades desenvolvidas pelas crianças e jovens em Portugal*. Lisboa, Ed. Colibri.

Silva, C. et al. (2006). Olhar a 360° Porque Não Aprendem os Alunos? *Pontos nos ii – Revista Mensal de Política Educativa*, Ano I nº6, Junho 2006, pp. 23-38.

Silva, P. (2003). *Escola – Família, uma relação armadilhada. Interculturalidade e relações de poder*. Porto, Edições Afrontamento.

Sousa, L. et al. (2007). *Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social*. Lisboa, Climepsi Editores.

Torrego, J. (2000). *Mediación de conflictos en instituciones educativas. Manual para la formación de educadores*. Madrid, Narcea.

Legislação

Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro – *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*.

Lei n.º 51/ 2012, de 5 de Setembro – *Estatuto do Aluno e Ética Escolar*.

Decreto-Lei n.º 184/2004, de 29 de Julho de 2004.

Decreto-Lei n.º 85/2009, de 27 de Agosto.

Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto de 2012.

«A educação deveria ser coisa mais agradável que existe pois envolve a construção
da nossa vida, daquilo que gostaríamos de ser»

(Eduardo Chaves)

Anexos

Anexo I

Guião para a Sinalização e Caraterização de Situações de Crianças em Perigo em Contexto Escolar

Guia de Sinalização e Caracterização de Situações de Crianças em Risco/Perigo

IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

Agrupamento _____ Escola _____

Morada _____ Código Postal _____ - _____

Localidade _____ Telefone(s) _____ Fax(es) _____

IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

Nome _____

Data de Nascimento _____ / _____ / _____ Idade _____ Nacionalidade _____
(aaaa) (mm) (dd)

Morada _____ Freguesia _____

FILIAÇÃO/TUTELA DO ALUNO

Nome do Pai _____

Escolaridade _____ Profissão _____

Morada _____ Contacto(s) _____

Nome da Mãe _____

Escolaridade _____ Profissão _____

Morada _____ Contacto(s) _____

Encarregado de Educação _____

Escolaridade _____ Profissão _____

Morada _____ Contacto(s) _____

Grau de Parentesco _____ Estado Civil _____

Representante Legal _____

Escolaridade _____ Profissão _____

Morada _____ Contacto(s) _____

Grau de Parentesco _____ Estado Civil _____

IRMÃOS

Nome	Idade	Escola	Nível de Ensino

SITUAÇÃO ESCOLAR DO ALUNO

Ano _____ Turma _____ Director de Turma _____ Contacto(s) _____

Percurso Escolar: Abandono Absentismo Insucesso Escolar Abandono Escolar Precoce

Observações _____

Outros _____

Guia de Sinalização e
Caracterização de Situações de Crianças em Risco/Perigo _____

SITUAÇÃO FACE À ESCOLA

Não comparece desde de _____ / _____ / _____
(aaaa) (mm) (dd)

Comparece com pouca frequência

Número de retenções anteriores (por ano de escolaridade): _____

O aluno (ou a família) é beneficiário(a) do Rendimento Social de Inserção? Sim Não

O caso está ser acompanhado por algum Serviço/Instituição? Sim Não

Em caso afirmativo, qual? _____

O aluno vive numa instituição? Sim Não Em caso afirmativo, qual? _____

Outras situações: _____

MOTIVOS/FACTORES ASSOCIADOS AO ABANDONO/ABSENTISMO

PESSOAIS

Desinteresse pelas actividades escolares? Sim Não

Vontade de ir trabalhar/auferir dinheiro? Sim Não

Dificuldades de aprendizagem/insucesso? Sim Não

Comportamento perturbador? Sim Não

Outros _____

FAMILIARES

Reduzidas expectativas em relação ao aluno? Sim Não

Desvalorização da escola? Sim Não

Imposição de actividades laborais? Sim Não

Disfunções familiares? Sim Não

Outros _____

SOCIAIS

Condições sociofamiliares desfavorecidas? Sim Não

Problemas de delinquência? Sim Não

Desemprego na família? Sim Não

Outros _____

SAÚDE

Problemas de visão? Sim Não

Problemas de audição? Sim Não

Outros _____

OUTROS MOTIVOS DE SINALIZAÇÃO

Suspeita de:

Negligência Familiar Trabalho Infantil Abuso Sexual Pornografia Infantil Mendicidade Prostituição Infantil

Maus-tratos Físicos Maus-tratos Psicológicos Consumo de Estupefacientes Ingestão de Bebidas Alcoólicas

Outros _____

O aluno esteve integrado numa turma de currículo alternativo? Sim Não

O aluno frequentou algum: Curso de educação/formação (CEF)? Sim Não Curso profissional (CP)? Sim Não

O aluno beneficiou de outras medidas no âmbito do Regime Educativo Especial? Sim Não

Se sim, quais? _____

Guia de Sinalização e Caracterização de Situações de Crianças em Risco/Perigo _____

O aluno teve acompanhamento de serviços de apoio socioeducativo? Sim Não

Psicólogo Técnico do Serviço Social Outro _____

DILIGÊNCIAS EFECTUADAS PELA ESCOLA

Foram efectuados contactos com os pais/encarregados de educação? Sim Não

Data	Objectivo do Contacto	Responsável
/ / (aaaa) (mm) (dd)	_____ Telefonema Atendido <input type="checkbox"/> Telefonema Não Atendido <input type="checkbox"/> Carta Devolvida <input type="checkbox"/> Carta Não devolvida <input type="checkbox"/>	
/ / (aaaa) (mm) (dd)	_____ Telefonema Atendido <input type="checkbox"/> Telefonema Não Atendido <input type="checkbox"/> Carta Devolvida <input type="checkbox"/> Carta Não devolvida <input type="checkbox"/>	
/ / (aaaa) (mm) (dd)	_____ Telefonema Atendido <input type="checkbox"/> Telefonema Não Atendido <input type="checkbox"/> Carta Devolvida <input type="checkbox"/> Carta Não devolvida <input type="checkbox"/>	
/ / (aaaa) (mm) (dd)	_____ Telefonema Atendido <input type="checkbox"/> Telefonema Não Atendido <input type="checkbox"/> Carta Devolvida <input type="checkbox"/> Carta Não devolvida <input type="checkbox"/>	
/ / (aaaa) (mm) (dd)	_____ Telefonema Atendido <input type="checkbox"/> Telefonema Não Atendido <input type="checkbox"/> Carta Devolvida <input type="checkbox"/> Carta Não devolvida <input type="checkbox"/>	
/ / (aaaa) (mm) (dd)	_____ Telefonema Atendido <input type="checkbox"/> Telefonema Não Atendido <input type="checkbox"/> Carta Devolvida <input type="checkbox"/> Carta Não devolvida <input type="checkbox"/>	
/ / (aaaa) (mm) (dd)	_____ Telefonema Atendido <input type="checkbox"/> Telefonema Não Atendido <input type="checkbox"/> Carta Devolvida <input type="checkbox"/> Carta Não devolvida <input type="checkbox"/>	
/ / (aaaa) (mm) (dd)	_____ Telefonema Atendido <input type="checkbox"/> Telefonema Não Atendido <input type="checkbox"/> Carta Devolvida <input type="checkbox"/> Carta Não devolvida <input type="checkbox"/>	

Outras situações/Observações

Data da Informação: _____ / _____ / _____ Cargo que desempenha _____ Assinatura _____
(aaaa) (mm) (dd)

Anexo II
Declaração de Consentimento
Informado

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Designação do Estudo:

Um olhar sobre o Abandono Escolar Precoce: Da Compreensão à Promoção e Prevenção

Eu, abaixo-assinado, (nome completo) _____, compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da minha participação na investigação que se tenciona realizar, bem como do estudo em que serei incluído. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias e de todas obtive resposta satisfatória.

Tomei conhecimento de que a informação ou explicação que me foi prestada foi ao encontro dos objetivos. Além disso, foi-me assegurado que tenho o direito de recusar a todo o tempo a minha participação no estudo, sem que isso possa ter como efeito qualquer prejuízo pessoal.

Por isso, consinto que me seja aplicado o método proposto pelo investigador que consiste numa entrevista com registo de som.

Data: ____ / ____ / 20 ____

Assinatura do participante:

O Investigador responsável:

Nome:

Assinatura:

Anexo III

Guião de Entrevista

Guião de Entrevista

I - Caracterização

1. Qual a sua idade?
2. Onde trabalha, há quanto tempo e qual a sua profissão?
3. Quais as principais funções que desempenha no seu local de trabalho?

II – Perceção sobre a realidade do abandono escolar precoce

4. Quais as principais características sociodemográficas dos/as *alunos/as* em risco de abandono escolar precoce? (perfil do aluno)
5. Quais as principais características sociodemográficas das *famílias* dos/as alunos/as em risco de abandono escolar?
6. Quais os principais motivos que levam os/as alunos/as a abandonarem a escola precocemente?
7. Quais as principais consequências que o abandono escolar traz?

II – Processo de prevenção e intervenção em casos de abandono escolar precoce

8. Considera que o acompanhamento realizado pela escola e técnicos da CPCJ é suficiente e tem tido sucesso na prevenção e intervenção no abandono escolar precoce?
9. O que pensa ser necessário para prevenir o abandono escolar precoce?
10. Como é feita a intervenção junto destes alunos/as? (Escola ou CPCJ)
11. Quais as maiores dificuldades na intervenção?
12. Qual o papel do Assistente Social a nível da prevenção e da intervenção nesta problemática?

Anexo IV

Matriz conceptual referente à análise do
guião de entrevista

Categoria: O aluno em risco de abandono escolar

Subcategoria: Perfil dos alunos e família

Participante	Contexto
A Psicóloga, Escola	Geralmente estes alunos vivem em meios rurais ou localidades pobres. São crianças que não tiveram oportunidade de frequentar jardim-escola ou pré primária. Provêm de famílias monoparentais, famílias de baixos recursos económicos, e/ou com elevado número de membros a coabitar na mesma casa. Não têm grande retaguarda familiar.
B Professor / Presidente do Conselho Executivo, Escola	Normalmente são famílias carenciadas e famílias destruturadas. São miúdos que têm fracas referências familiares, os pais ou quem os tem a seu cargo não se incomodam muito com o seu bem-estar, não dão muito valor à escola, e normalmente vivem de subsídios e vão-se desenrascando aqui e acolá. (...) Vêm de famílias que não dão muito valor à escola porque têm outras forma de resolver a vida e não se incomodam muito que os seus educandos faltem à escola e que se ocupem de algo que lhes dê dinheiro. Isto tem muito a ver com as expectativas que hoje têm relativamente ao sucesso da escola, ou seja, ter títulos académicos não é uma garantia muito fiável que se consiga arranjar emprego ou fazer alguma coisa de concreto para resolverem a vida no imediato.
C Psicóloga, Escola	Habitualmente vêm de uma família com baixa escolaridade e não reconhecem o valor da escola. Nem eles nem os seus progenitores. São famílias pobres, sem possibilidades económicas para transporte mas, muitas das vezes, acomodam-se para não terem que se levantar para levar o filho à escola. Por norma um aluno em risco de abandono escolar precoce, já está sinalizado na CPCJ por outro motivo.
D Psicóloga, Escola	No nosso agrupamento, são jovens provenientes de níveis socioeconómicos baixos, pertencentes a etnia cigana e quem os tem a seu cargo não valoriza a escola.
E Assistente	Vêm de famílias desestruturadas, com nível socioeconómico baixo, baixa escolaridade, baixos salários, empregos precários... Muitos são instáveis

Social, Escola	financeiramente e sem perspectivas de ascensão socioeconómica.
<p>F</p> <p>Educadora / Representante do ME / Presidente, CPCJ</p>	<p>Do que eu tenho sentido é que há uma altura em que os problemas se acentuam que é na transição dos 14 para os 15 anos e eu penso que tem a ver com a mudança de ciclo e com a vontade de ter independência financeira. Os alunos vêm de famílias com baixo nível de escolaridade, com poucos recursos económicos, a remuneração mensal tem muito a ver com a escolaridade que têm. Estamos a falar, na sua maioria, de agregados familiares desempregados e que recorrem ao RSI. Estes jovens não têm muito apoio de retaguarda familiar.</p> <p>A maioria das famílias que trabalha, além de terem poucos recursos económicos, trabalha muitas horas, o que permite a estes jovens estarem em liberdade, não terem a supervisão de ninguém. Estão normalmente entregues a si próprios e vão à procura de espaços, nem sempre os melhores, que usam como diversão. As características destas famílias propiciam estes comportamentos que leva ao risco e ao crime. Pode levar, inclusive, ao consumo de substâncias ilícitas, fruto desta não supervisão das famílias.</p> <p>Muitos destes jovens saem da escola não só porque querem ingressar no mercado de trabalho, mas também porque a escola não lhes diz nada. Já não correm apenas risco, correm sério perigo, já ultrapassando a fronteira do risco para o perigo.</p>
<p>G</p> <p>Assistente Social, Município e CPCJ</p>	<p>Geralmente estas famílias têm sempre dificuldades económicas. Falta de recursos, disfuncionalidades da família, baixas habilitações dos progenitores... Geralmente é isto... Quanto ao aluno, não tem motivação, não se integra na turma, reprova uma ou mais vezes e depois sente-se mal por ser mais velho que os restantes colegas.</p>
<p>H</p> <p>Professor, Escola</p>	<p>São alunos de família disfuncionais, oriundos de estratos socioeconómico baixo... São alunos com interesses divergentes dos escolares, alunos com percursos irregulares, alvos de várias retenções. Quanto às famílias, praticamente todas têm baixo grau de escolaridade e os seus elementos encontram-se em situação de desemprego ou com baixo rendimento. Muitos destes alunos estão a cargo de familiares que não são os seus progenitores, tios, avós padrinhos... e alguns têm como familiares, alguém a cumprir pena de prisão e, muitas vezes a morar com eles, toxicodependentes, prostitutas, ou outros.</p>

Subcategoria: Motivos que levam ao abandono da escolaridade

Participante	Contexto
A Psicóloga, Escola	A desmotivação com o ensino está sempre na base destes comportamentos, assim como a falta de apoio por parte da escola e da família, as baixas referências familiares e as dificuldades de aprendizagem.
B Professor / Presidente do Conselho Executivo, Escola	A maior parte destes motivos tem a ver com a falta de valores e com a destruturação familiar. Cumprir rotinas, mesmo as mais elementares como ir para a escola todos os dias, assistir às aulas, estar dentro das aulas são pressões fortes para miúdos que não têm o mínimo de retaguarda, de autoridade, de pressão. Para eles não tem sentido, não lhes diz nada, ninguém os obriga no imediato e vão jogando contra esta pressão social e dá-se uma desvinculação progressiva. Vêm a escola como algo desagradável, que não lhes garante um bem-estar. Socorrem-se de outras estratégias para resolver a sua vida, biscates, roubando ou pedindo.
C Psicóloga, Escola	Muitos têm problemas cognitivos, dificuldades de aprendizagem e dificuldades de integração. Não têm motivação para ir para a escola, começa o insucesso e reprovam. Depois sentem-se mal por serem os mais velhos da turma. Muitos têm medo de ir à escola ou sofrem violência por parte de outros alunos, bullying.
D Psicóloga, Escola	Os principais motivos são dificuldades de aprendizagem, o sistema de ensino não se adequa às suas características e têm necessidade de trabalhar para angariar dinheiro para uso próprio ou para a família.
E Assistente Social, Escola	A meu ver, o principal motivo é o insucesso escolar sucessivo, sem que a escola, família ou o aluno consigam reverter essa situação.

<p>F</p> <p>Educadora / Representante do ME / Presidente, CPCJ</p>	<p>Dois motivos que se destacam são: vontade do jovem ir trabalhar e se tornar autónomo economicamente e a falta de motivação. A escola não lhes diz nada e o facto de os pais terem um baixo nível de escolaridade, não cria expectativas a estes jovens para prosseguir os estudos, para terem um bom nível económico e uma boa profissão. Este problema tende-se a agravar porque os jovens, se não queriam cumprir a escolaridade obrigatória, agora muito menos com um período muito mais alargado.</p>
<p>G</p> <p>Assistente Social Município e CPCJ</p>	<p>Os principais motivos são o desemprego dos progenitores, as dificuldades económicas que os motiva para a procura de trabalho. Os cursos não estão adequados para os interesses e motivações dos jovens. Há falta de cursos práticos e há jovens que não se sentem integrados nem se adequam ao ensino que recebem, não têm rendimento escolar, entram em conflito com os professores, começam a ser excluídos pela própria escola e cria-se aqui um ciclo: vão porque é obrigatório por lei irem e muitas vezes estão na escola mas não estão na sala de aula.</p>
<p>H</p> <p>Professor, Escola</p>	<p>Geralmente há baixa expectativa por parte da família relativamente ao percurso escolar do aluno. Quando o rendimento familiar é baixo há uma pressão por parte da família para eles irem trabalhar. Também se dá falta de autoestima por parte do aluno quando este se vê confrontado com o insucesso escolar.</p>

Subcategoria: Repercussões

Participante	Contexto
A Psicóloga, Escola	A meu ver, as fracas oportunidades laborais que levam a uma desmotivação pessoal e profissional. De uma forma específica também a marginalidade, parentalidade precoce, entre outras.
B Professor / Presidente do Conselho Executivo, Escola	É profundamente político que a escola seja uma espécie de uma receita milagrosa para prevenir todos os males sociais. Numa sociedade onde os cidadãos lêem mal, convivem mal, não experimentam aquilo que a escola lhes dá nem interiorizam competências, têm muito mais dificuldades em integrar-se numa sociedade activa e serem cidadãos participativos. Existe sempre o risco de algum mau estar, alguma insegurança, alguma pobreza. Na escola há uma garantia de o aluno ser protegido, pode aprender cada vez mais coisas, pode ser um cidadão cada vez mais útil, mais conhecedor. Os miúdos que faltam muito à escola vão ter sempre essas limitações. A escola é um sítio onde se aprende a viver em sociedade. É empobrecedor que nós não consigamos que toda a gente tenha muita escola e sobretudo boa escola.
C Psicóloga, Escola	A principal consequência é, sem dúvida, o desemprego
D Psicóloga, Escola	Dá-se um aumento da probabilidade de uso de substâncias, como o álcool e drogas, bem como de marginalidade. Baixa profissionalização e desemprego.

<p>E</p> <p>Assistente Social, Escola</p>	<p>Ocorre uma dificuldade de inserção no mercado de trabalho, realização de trabalhos pouco qualificados e sem realização profissional e até mesmo desemprego. Dado isto, recorrem a atividades marginais e às prestações sociais para garantir as condições mínimas de sobrevivência.</p>
<p>F</p> <p>Educadora / Representante do ME / Presidente, CPCJ</p>	<p>Estes jovens entendem que o primeiro patamar será a saída da escola e, independentemente do vencimento que terão, será mais vantajoso entrar no mercado de trabalho do que continuar na escola. Eles continuam sem ter a consciência do que é melhor para eles, das limitações do mercado de trabalho e que, não cumprindo a escolaridade obrigatória, muito mais difícil será essa inserção. Quanto mais baixo o nível de escolaridade deles, mais dificuldades vão enfrentar no seu futuro. Estes jovens, por falta de vigilância, entram facilmente nos consumos, nas substâncias ilícitas e nos furtos para poderem continuar a consumir. Há aqui um comportamento em escalada que passa do absentismo para o abandono.</p>
<p>G</p> <p>Assistente Social, Município e CPCJ</p>	<p>É mau para o país. É mau para os jovens porque não têm as habilitações necessárias e isso vai cada vez mais dificultar a integração no mercado de trabalho e claro que depois não têm o que é exigido e não há forma de os enquadrar. É mau para as famílias e... isto é um ciclo, não é? É mau para todos... Essencialmente para os jovens mas o nosso país vai ser muito penalizado com isso.</p>
<p>H</p> <p>Professor, Escola</p>	<p>A falta de perspectiva de futuro leva os jovens a interromper o seu processo educativo e ficarem afastados do convívio com os seus pares. Isto pode causar propensão de comportamentos de risco.</p>

Categoria: Promoção e Prevenção

Subcategoria: Eficácia do acompanhamento

Participante	Contexto
A Psicóloga, Escola	O trabalho dos técnicos envolvidos na prevenção do abandono escolar nunca é demais, até porque muitas vezes o que acontece, é que mesmo após todo o envolvimento dos técnicos, não se consegue obter feedback positivo do outro lado, nem sempre pelos alunos mas sim pelas famílias que não os estimulam e as crianças passam a não ver o seu esforço recompensado.
B Professor / Presidente do Conselho Executivo, Escola	<p>Eu acho que tem evoluído muito a intervenção. Apesar de não estarmos num patamar satisfatório, acho que se tem evoluído muito a nível de articulação entre os serviços como CPCJ, Segurança Social, Autarquias, Escolas... pois têm componentes de acompanhamento de apoio que são cada vez mais solicitados e mais importantes, por exemplo, os psicólogos e o facto de algumas escolas já terem assistentes sociais. Isso tudo tem ajudado a prevenir problemas, nomeadamente o abandono escolar precoce, enquadrando os miúdos em projetos de vida com algum sentido, na descoberta das suas capacidades, dos seus talentos, dos seus pontos fortes e tem dado uma resposta bastante satisfatória.</p> <p>Por outro lado, os alunos já fora da escolaridade obrigatória procuram cada vez mais a escola para fortalecerem a certificação das suas competências nem que seja através do ensino profissional porque sabem que têm depois acesso a estágio, às empresas... e porque se tornam mais competentes para integrarem o mercado de trabalho. Quer a escola, quer o IEFP, quer as escolas profissionais e outras associações, têm tido um papel formativo cada vez melhor, ou seja, oferecem cada vez mais cursos e articulam entre si essas ofertas.</p>

<p>C</p> <p>Psicóloga, Escola</p>	<p>Os casos que eu conheço têm tido eficácia. Quer dizer, só é eficaz quando os casos estão resolvidos mas com a pressão que é criada de um lado e do outro consegue-se controlar a situação. Mas também não podemos descuidar a procura de um curso profissional que se adapte mais ao aluno.</p>
<p>D</p> <p>Psicóloga, Escola</p>	<p>Nem sempre o acompanhamento realizado é eficaz. Infelizmente as CPCJ encontram-se atoladas de processos e com um número reduzido de técnicos. Além do mais, em muitas situações a família já não teme a CPCJ, "brincando" com a sinalização.</p>
<p>E</p> <p>Assistente Social, Escola</p>	<p>Algumas vezes é eficaz, outras não. Há a necessidade de diversificar as respostas apresentadas pela escola, uma vez que há uma multiplicidade de alunos e apenas duas ou três respostas apresentadas pelo ensino regular e profissional.</p>
<p>F</p> <p>Educadora / Representante do ME / Presidente, CPCJ</p>	<p>A maior ou menor eficácia no acompanhamento das escolas prende-se muito com a questão dos psicólogos, dos gabinetes de psicologia que existem nas escolas. Nós sabemos que poucas são as escolas que têm psicólogos e naturalmente que as que existem não têm capacidade de resposta ou têm uma capacidade de resposta muito baixa para o número de problemáticas existentes. O trabalho será mais bem feito quanto maior disponibilidade tiver o técnico e menor for o número de alunos a acompanhar.</p>
<p>G</p> <p>Assistente Social, Município e CPCJ</p>	<p>Os técnicos tentam fazer o que lhes é permitido, mas muitas vezes não temos recursos para tal. Há situações em que os meninos têm que estar no espaço escola mas não querem. Já querem é trabalhar mas é obrigatório eles estarem ali e nós não temos uma resposta para lhes dar e para os conseguir manter no espaço escola, mante-los interessados e lhes dar uma resposta onde eles querem estar, querem aprender para o futuro deles. Os técnicos muitas vezes podem querer dar uma resposta e pensar num projeto de vida ou escolar diferente mas não temos o que é essencial. São as grandes lacunas que existem...</p>
<p>H</p>	<p>Acho que sim, que o acompanhamento realizado é eficaz. A CPCJ intervém sempre que necessário apesar de às vezes a resposta não ser no tempo</p>

Professor, Escola	desejável.
----------------------	------------

Subcategoria: Soluções para uma melhor prevenção

Participante	Contexto
A Psicóloga, Escola	Penso ser necessário para uma melhor prevenção um maior envolvimento dos educadores, maior envolvimento e investimento das escolas, aposta nos serviços, físicos e sociais, envolvimento da comunidade local, e por aí...
B Professor / Presidente do Conselho Executivo, Escola	Eu acho que é preciso muita coisa para prevenir. Primordialmente é preciso reforçar o conceito de responsabilidade e a atitude de cidadania das próprias crianças e jovens e das próprias famílias. Tem havido mecanismos como o Estatuto do Aluno que tem feito um apelo à resposta parental e do próprio aluno. A escola também tem que ser acolhedora mas no sentido de dar aos alunos coisas que eles vejam utilidade, que sejam significativas a todos os níveis, quer a nível da cidadania, quer da escola, académico e assegurar as condições mínimas como refeições, banhos,... e tem que ter uma política educativa que tenha esse cuidado e consciência.
C Psicóloga, Escola	Penso que o ideal era serem criados mais cursos profissionais e conseguirmos que os alunos reconheçam as vantagens que lhes podem trazer. A sua componente mais prática funciona como uma via de resposta ao absentismo, para que grande parte dos jovens consiga, pelo menos, terminar a escolaridade obrigatória.

<p>D</p> <p>Psicóloga, Escola</p>	<p>Penso ser necessário para uma melhor prevenção o ensino mais diferenciado e adequado a cada um. As escolas têm um sistema de ensino que não valorizam a diferença, são os alunos que se têm que adaptar, o que nem sempre é conseguido com sucesso. Os cursos profissionais deveriam ser mais práticos.</p>
<p>E</p> <p>Assistente Social, Escola</p>	<p>É imprescindível para uma melhor prevenção o reforço de técnicos da área social nas escolas e o aumento da diversidade de respostas por parte da escola.</p>
<p>F</p> <p>Educadora / Representante do ME / Presidente, CPCJ</p>	<p>Não poderei dizer que há sucesso a 100% na prevenção junto destes alunos mas é para isso que cá estamos e a nossa intervenção será no sentido da maior eficácia possível. Temos que ter consciência que o trabalho de intervenção é feito em rede com a articulação com o professor tutor da CPCJ, com o acompanhamento psicológico quando é preconizado, após a aplicação de medidas e, no fundo, o que nos promover maior ou menor eficácia será esta capacitação do jovem em termos de competências.</p>
<p>G</p> <p>Assistente Social, Município e CPCJ</p>	<p>Era fundamental investir mais numa vertente prática da escolaridade, mas daí à prática...</p>
<p>H</p> <p>Professor, Escola</p>	<p>O que faria toda a diferença era melhorar as condições de vida da população. Mas é necessário melhorar o apoio social às famílias carenciadas e intervir no agregado familiar de forma a orientar e estimular os objetivos de vida e de futuro.</p>

Subcategoria: Processo de prevenção e intervenção

Participante	Contexto
<p>A</p> <p>Psicóloga, Escola</p>	<p>Junto das escolas é feito o acompanhamento individualizado ou em grupo, com técnicas cognitivas e comportamentais de forma a que os alunos invistam a atenção e disposição na melhoria das suas competências. A nível de CPCJ, desconheço.</p> <p>A grande dificuldade passa pela falta de técnicos necessários para conseguir reverter a situação de abandono escolar e na participação dos pais junto da escola.</p>
<p>B</p> <p>Professor / Presidente do Conselho Executivo, Escola</p>	<p>Quer a escola, quer todas as estruturas sociais, nomeadamente as CPCJ, os Tribunais de Menores e o Ministério Público, têm um peso cada vez maior, exercem uma pressão cada vez maior para que estes miúdos não sejam desvinculados da escola.</p> <p>A primeira garantia é que eles tinham que se matricular na escola porque a segurança social os obrigava e tinham direito a refeição, apoio na compra dos livros, transporte, tinham todos os apoios... e havia um controle muito grande sobre estes miúdos.</p> <p>O aluno falta e comunica-se à família. Se nada for feito, a CPCJ recebe uma notificação do problema, que é considerado aluno em risco, contacta com a família. Eles vêm pelos mecanismos normais,</p>

	<p>correio, telefonema... ou vêm à força com a intervenção da polícia.</p> <p>Existe uma pressão social para este controle por via da educação. Também existe um papel cada vez maior, do ponto de vista da sociedade, da escola para cativar estes miúdos para manter o vínculo entre a escola e a família.</p> <p>É fundamental existir uma consciência de cidadania, uma consciência social que trate as pessoas como pessoas, tente vê-las como agentes ativos capazes de fazer alguma coisa para o seu próprio bem-estar, seu próprio futuro. O problema do abandono escolar precoce resolve-se de muitas maneiras. Às vezes achamos que se resolve a obrigar as crianças a irem à escola mas muitas vezes a escola pode ir à criança. A escola pode também transfigurar-se noutra tipo de funcionamento, organização e cumprir a sua missão sem obrigar os alunos a estar determinado tempo, numa determinada sala, num determinado espaço, através de e-learning e outras plataformas. Ou reforçar a escola dentro de casa.</p> <p>A escola só tem sentido enquanto servir os alunos e servir os alunos é servir as famílias.</p>
<p>C</p> <p>Psicóloga, Escola</p>	<p>Uma boa orientação vocacional pode prevenir o abandono escolar precoce. Começamos sempre por aí, a informar aos alunos sobre o que é, sobre o que fazer para irem para a universidade ou para um curso profissional, alternativas, vantagens e desvantagens... Estas informações são dadas aos alunos e aos pais convidando-os para ir à escola. Além disso informamos os alunos de feiras de educação, formação, juventude e emprego e convidamos algumas escolas profissionais e universidades a virem à escola mostrar o trabalho que fazem.</p> <p>Antes de haver alguma sinalização à CPCJ e quando as crianças e jovens apresentam dificuldades de aprendizagem, as psicólogas da escola fazem um diagnóstico para saber o que está na origem dessa dificuldade e tentar saber quais são os pontos fortes e os pontos fracos, os pontos menos fortes, daquele aluno. Depois passamos as</p>

	<p>informações aos professores de forma a que eles saibam como trabalhar melhor com aquele aluno. Quando as causas são emocionais, o trabalho é essencialmente feito por nós de forma a perceber o que está mal em termos emocionais e tentar resolver.</p> <p>Se a escola tiver o mínimo de controlo sobre as entradas e saídas, conseguem perceber que os alunos estão na escola mas faltam as aulas. A maioria das escolas têm uma metodologia muito direta mas que acaba por funcionar. Muitos pais têm consciência de que os filhos não iam à escola mas outros também não fazem ideia e deixam-nos na escola e eles não entram. Mas depois de alertar as famílias, a escola combinava que sempre que o aluno faltasse à escola ligavam para a família. A família sabia e o aluno também sabia que a família sabia. Conseguimos criar ali uma pressão e, na maior parte das vezes, os alunos voltam à escola. Os psicólogos e os assistentes sociais não deixam de trabalhar com estes alunos no porquê. No porquê de não ir à escola, no porquê de faltar, e através do diagnóstico ficamos a saber se há dificuldades de aprendizagem, desmotivação, se é algum problema na família, se têm medo, se sofrem de violência...</p> <p>A maior dificuldade é com a família. Apesar de se chamada à escola, a família vêm pouco. É uma luta por parte das escolas para que os pais participem mais. Além disso, eles é que têm o dever de fazer com que a criança vá à escola mas se a criança entra na escola mas não vai às aulas, aí a responsabilidade já é da escola.</p>
<p>D Psicóloga, Escola</p>	<p>Nós fazemos um diagnóstico para perceber quais os motivos que levam o aluno a querer abandonar a escola. O problema da intervenção está no facto de as situações serem sinalizadas quando o problema esta instalado, e não quando as dificuldades do aluno e da família se começam a manifestar.</p>
<p>E Assistente Social, Escola</p>	<p>Nós, assistentes sociais na escola, temos que elaborar o diagnóstico dos problemas que estão a levar o aluno a faltar à escola. A principal dificuldade na intervenção está na barreira que a família cria e nos atrativos do mundo exterior como o dinheiro fácil.</p>
<p>F</p>	<p>O que nós fazemos enquanto técnicos é alertar para as consequências de desistirem da escola, da precariedade do trabalho que irão ter, para</p>

<p>Educadora / Representante do ME / Presidente, CPCJ</p>	<p>a possibilidade de virem a ser explorados e num instante são colocados na rua sem subsídios, sem apoios e é nosso papel alertá-los.</p> <p>O primeiro acompanhamento é feito pelos diferentes professores nas reuniões de conselho de turma que relatam as suas preocupações relativas ao jovem e ao diretor de turma está atento e cabe a este fazer chegar as suas preocupações à direção executiva e ao gabinete de psicologia da escola. Se o diretor de turma e a direção executiva entender que será melhor enviar uma sinalização à CPCJ, dependendo das problemáticas que apresenta, onde estes jovens serão acompanhados por um período de 18 meses, não mais.</p> <p>Quando nós trabalhamos em rede, a nossa intervenção é muito melhor, muito mais positiva. Nem sempre acontece porque não há técnicos suficientes como Assistentes Sociais, Psicólogos, Ajudantes Familiares...</p>
<p>G Assistente Social, Município e CPCJ</p>	<p>O processo chega à CPCJ sinalizado pela escola. Os casos são apresentados em reunião com os outros técnicos, discutem-se as problemáticas, as medidas a aplicar e conseguimos perceber o que é que está a faltar. Chamamos os pais e a criança para os confrontar com o motivo da sinalização, tentar perceber porquê as constantes faltas, o absentismo e ajudar para que seja reduzido. Antes de intervirmos, os pais têm que consentir com as medidas, assim como o menor com 12 ou mais anos e tem que haver um compromisso entre todos. Entre o menor, os pais e a própria comissão. Infelizmente o facto de assumirem um compromisso, muitas das vezes só o cumprem por uma ou duas semanas, depois voltam a faltar mas aí a escola tem um papel fundamental na motivação.</p> <p>É muito importante trabalhar a família porque muitas vezes esta não tem consciência do que é necessário para o futuro dos seus filhos e muitas vezes temos que tentar ver porque é que os jovens não estão a ir à escola, porque é que não gostam da escola e que a família seja, com os técnicos e com a escola, motivadora para que eles consigam frequentar e ter um percurso diferente.</p>

<p>H</p> <p>Professor, Escola</p>	<p>Na escola é feito o contacto com os alunos e com o encarregado de educação, primeiramente pelo Diretor de Turma e aciona-se os serviços de Psicologia e Orientação do Agrupamento. Caso estas medidas não resultem comunica-se o caso à CPCJ. Quando feita esta intervenção, os maiores obstáculos passam por trazer os alunos em risco de volta à escola, bem como os contactos frequentes com os encarregados de educação para tentar resolver a situação. O tempo que medeia a intervenção de todos os intervenientes no processo é demasiado extenso.</p>
--	--

Subcategoria: Papel do Assistente Social

Participante	Contexto
<p>A</p> <p>Psicóloga, Escola</p>	<p>Nunca trabalhei diretamente com estes técnicos, por isso não tenho conhecimento suficiente para responder. Sei que trabalham diretamente com a família do aluno e é muito importante essa intervenção.</p>
<p>B</p> <p>Professor / Presidente do Conselho Executivo, Escola</p>	<p>É importantíssimo! É pena a maioria das escolas nem ter estes profissionais. E porque é que eu digo isto? Porque os professores e os outros técnicos acabam por fazer um bocadinho do papel do Assistente Social mas não têm formação para isso. Há escolas que articulam muito bem com as estruturas da segurança social, como as Assistentes Sociais da Câmara, com os técnicos das CPCJ ou de outras associações tipo IPSS. Fazem protocolos e fazem pequenos acompanhamentos, avaliações, etc. mas não chega. Há determinado tipo de atenção para uma realidade que é enorme. Tem a ver com o social, com o qual o professor não tem a sensibilidade e conhecimentos suficientes. Temos muitas dificuldades em diagnosticar as pessoas carenciadas e deveríamos ter técnicos de Serviço Social pois é essa a sua formação. É fundamental ter um Assistente Social. Enquanto não temos vamos “inventando” um bocadinho.</p>
<p>C</p>	<p>Nas escolas onde trabalho e trabalhei quer no agrupamento, quer nas escolas profissionais, nenhuma tinha Assistente Social. O contacto com as</p>

Psicóloga, Escola	Assistentes Sociais era feito por ser um técnico da CPCJ, da Câmara ou de outras instituições. O papel dos assistentes sociais é acompanhar as famílias e tentar perceber o que é que a escola está a fazer e nos ir comunicando do que a família faz. Muitas vezes estão a acompanhar a família em outras necessidades, em outras situações e fazem a ponte ou dão-nos informações relevantes sobre a família porque nós só sabemos da família por aquilo que ela nos diz ou o que a representante dos pais nos pode dizer. A assistente social faz uma espécie de investigação, fala com os vizinhos, vai a casa das famílias... acaba por facilitar o trabalho, esclarecer algumas mentiras que a família dá como justificação para não ir à escola. Apoiá-nos e informa-nos.
D Psicóloga, Escola	O nosso agrupamento não tem Assistente social. Desculpe mas não lhe sei responder a esta questão...
E Assistente Social, Escola	É função do técnico de serviço social a elaboração de estratégias e dinamização de recursos capazes de capacitar o aluno e a família na superação da situação.
F Educadora / Representante do ME / Presidente, CPCJ	Penso que é um papel predominante porque até têm ferramentas de trabalho que, por exemplo, a representante de educação não tem. No trabalho em rede, atribuímos uma importância fundamental mas obviamente que nessa equipa em rede a Assistente Social assume um papel preponderante porque enquanto nós representantes da educação ou os professores – tutores focalizamos as questões da educação, no fundo o Assistente Social intervém diretamente junto com a família e nesse aspeto eu diria que é um elemento até mais importante do que o representante da educação.
G Assistente Social, Município e	Aqui na CPCJ o Assistente não lida diretamente com estes casos. Quem lida é o representante do Ministério da Educação mas eu, como Assistente Social, tenho alguns casos sinalizados por outros motivos, até mesmo por problemas comportamentais em que ocorre casos em que o aluno corre o risco de abandonar a escola e aí já intervenho. O absentismo, na sua maioria, começa a surgir associado a outros problemas e, com o passar do

CPCJ	tempo, abandona a escola...
H Professor, Escola	O assistente social é um agente importante e colaborador na resolução do problema. Entende-se que este seja capaz de ajudar na solução dos conflitos existentes dentro do seio familiar ou do próprio aluno e que poderão estar na base do abandono escolar.

Errata

	Onde se lê	Deve Ler-se
Pág. 15	“(…) de alguém se sair cedo do sistema escolar (…)”	“(…) de alguém sair cedo do sistema escolar (…)”
Pág. 18	“(…) baseia-se apenas na desistência (…)”	“(…) baseiam-se apenas na desistência (…)”
Pág. 21	“(Romião, 2006)”	“(Ramião, 2006)”
Pág. 36	“Esta situação pode provocar a rutura do jovem com a escola (… com sentido perjurativo”	Frase correta pág.32
Pág. 46	“(…) focos de origem em três setores (…)”	“(…) focos de origem em quatro setores: Indivíduo, Escola, (…)”
Pág. 53	“A caracterização dos jovens (… em risco de abandono escolar.”	Frase correta pág.40
Pág. 53	“Identificar o/a aluno/a (… conseguir que ele regresse à escola”	Frase correta pág.40
Pág.57	“(…) educação ou desenvolvimento integral”	“(…) educação ou desenvolvimento integral.”
Pág. 95	“(…) começa a faltar consequentemente (…)”	“(…) começa a faltar consecutivamente (…)”